



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Escola de Serviço Social

KAENNY MARTINS LEANDRO

IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

RIO DE JANEIRO

2025



KAENNY MARTINS LEANDRO

IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Rio de Janeiro
2025

Kaenny Martins Leandro

IMPERIALISMO, NEOLIBERALISMO E FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos.

Aprovado em: 16 / jan. / 2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos (orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Profa. Dra. Janaina Bilates Martins
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

Profa. Dra. Renata Gomes da Costa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro

M11 Martins, Kaenny
 Imperialismo, Neoliberalismo e Financeirização no Brasil
/ Kaenny Martins. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
 60

 Orientador: Rodrigo Castelo.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em , 2025.

 1. Neoliberalismo. 2. Financeirização. 3. Políticas
Públicas. I. Castelo, Rodrigo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar o mais profundo agradecimento à minha família, que me fortaleceu nos momentos mais difíceis, sobretudo a minha mãe Patrícia, avó Maria de Lourdes e companheira Monique de Jesus, que foram imprescindíveis em todos os processos. Em paralelo, manifesto o mais profundo agradecimento ao corpo docente do departamento de Serviço Social da UNIRIO, pelo seu demasiado ímpeto em lecionar e transformar a vida dos discentes pela via da educação, especialmente ao professor doutor Rodrigo Castelo, que me acompanhou e orientou durante todos esses anos, e durante toda a produção do trabalho ora apresentado.

A todos, muito obrigado!

Os trabalhadores não têm nada a perder em uma revolução comunista, a não ser suas correntes.

(Karl Marx)

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso ora apresentado buscou analisar as consequências que o imperialismo monopólico impõe sobre o funcionamento do Estado brasileiro, e sobre a classe trabalhadora nacional. Segundo o teórico Vladimir Lênin, o modo de produção capitalista inevitavelmente tende aos monopólios. Estes, inicialmente se manifestaram no interior das economias nacionais e logo se espalharam para fora de suas fronteiras mediante *holding's*, fusões, aquisições, associações e operações financeiras. O Brasil, sendo líder econômico na América Latina e oitava maior economia do mundo em 2024 é peça fundamental em todos este processo. A busca por elucidar os motivos que levam o país a ser uma das maiores economias do globo e seguir com índices de desigualdade alarmantes, e sobretudo exportando lucro produzido em solo nacional, é o que levou a produção desta monografia. Para tanto, o trabalho foi construído a partir de análises de dados, livros e artigos acerca de temas econômicos e do serviço social no Brasil. Concluiu-se com a produção deste trabalho que o país embora possua alta capacidade de produzir capital industrial, bancário, tecnológico e humano capazes de elevar seu domínio econômico e tecnológico, não o faz como deveria, pois, a nação segue emparelhada por agentes burgueses que a mantém em situação de subserviência.

Palavras-chave: Financeirização, neoliberalismo, imperialismo, Brasil, seguridade social.

ABSTRACT

The thesis presented here aimed to analyze the consequences that monopolistic imperialism imposes on the functioning of the Brazilian State and on the national working class. According to the theorist Vladimir Lenin, the capitalist mode of production inevitably tends toward monopolies. These initially manifested within national economies and soon spread beyond their borders through holdings, mergers, acquisitions, associations, and financial operations. Brazil, being the economic leader in Latin America and the 8th largest economy in the world in 2024, plays a key role in this process. The search for understanding the reasons why the country is one of the largest economies in the world while still maintaining alarming inequality rates, and, above all, exporting profits produced on national soil, led to the creation of this thesis. In this regard, the work was built through the analysis of data, books, and articles on economic topics and social work in Brazil. The conclusion drawn from this work is that, although the country has a high capacity to produce industrial, banking, technological, and human capital capable of elevating its economic and technological dominance, it does not do so as it should, because the nation remains shackled by bourgeois agents who keep it in a state of subservience.

Keywords: Financialization, neoliberalism, imperialism, Brazil, Social security

Sumário

Introdução	9
Capitalismo: da gênese ao Imperialismo na visão de Lênin	14
O mundo pré capitalista e a era das terras comunais.....	14
O processo de acumulação primitiva.....	16
O processo de valoração do capital	17
O modo de produção capitalista e sua fase comercial.....	18
A consolidação do modo de produção capitalista e sua fase concorrencial.....	19
Imperialismo, capitalismo monopolista e a era do capital financeiro	21
O imperialismo na visão de Lênin.....	24
Os bancos e seu novo papel	26
A partilha do mundo entre os grupos capitalistas	29
A exportação de capital.....	30
O Imperialismo Estadunidense: Uma nova fase do destino manifesto	31
Neoliberalismo e financeirização no pós Segunda Guerra	31
O liberalismo econômico	31
O desenvolvimento do pensamento neoliberal no pós guerra	32
O apogeu e a queda do acordo de Bretton Woods e a crise dos anos 70	33
Anos 70: Crise do Welfare State, neoliberalismo em fase de implementação e o início da financeirização	35
O debate da financeirização um novo modo de produção e reprodução do capital	37
Neoliberalismo como projeto da burguesia rentista para reversão da crise e a importância do Estado.....	39
O Consenso de Washington e a implementação da agenda liberal na América Latina ..	40
A financeirização no Brasil e o poder rentista	41
Governo Collor	42
Governo Itamar Franco	43
Governo Fernando Henrique Cardoso	44
Governos do Partido dos Trabalhadores (PT)	45
O debate sobre o Fundo Público	46
A Seguridade Social e as legislações que fundamentam a financeirização no Brasil	49
Considerações Finais	52
REFERÊNCIAS:	56

Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso norteia-se pelo objetivo de analisar a economia contemporânea com foco em quatro pontos centrais: A formação e manutenção de monopólios nacionais e internacionais, a forma como as operações financeiras globais operadas mediante bolsa de valores alteram a propriedade do circuito produtivo nacional tanto na esfera pública quanto na privada, o imperialismo estadunidense como propulsor do neoliberalismo no Brasil e a ameaça que o neoliberalismo financeirizado oferece a gestão estratégica nacional e ao serviço social enquanto política pública.

A ambição de construí-lo se deu mediante pesquisas sobre análises do mercado de ações e os negócios que o cercam. Conforme investigava quais empresas lograram êxito nas disputas comerciais e alçaram novos mercados, pude perceber que haviam gestoras de fundos consideradas por alguns investidores como índices de mercado. Suas movimentações de compra e venda são consideradas como fortes indícios de que uma empresa pode está indo bem ou mal em sua empreitada. Logo, debrucei-me a saber quais eram estas gestoras, e o que faziam. Descobri que as três que acumulam maior poder econômico e político são as estadunidenses Blackrock, StateStreet e Vanguard. As mesmas acumulam sobre sua gestão cerca de US\$23 trilhões em ativos financeiros e controlam, direta ou indiretamente, todos os ramos produtivos do planeta. No Brasil, atualmente contam com volumosas participações em empresas nacionais como a Petrobras, Vale, B3 e Itaú. No portfólio de investimentos em dívidas nacionais, os títulos brasileiros figuram como parte importante das carteiras, uma vez que o país possui altas taxas de juros que são prioritariamente honradas frente a outras demandas.

A sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) de que deve afrouxar a postura no ano que vem abre caminho para o retorno de investidores aos títulos da dívida americana, como evidenciado pela queda nos juros dos títulos de renda fixa de dívida pública do governo norte-americano (Treasuries) deflagrada pela decisão da última quarta-feira (13). Ainda assim, a empresa entende que o diferencial segue favorável à maior economia da América Latina, onde a Selic continua na casa dos dois dígitos.

“O Brasil é um dos nossos principais componentes [na carteira] no lado da dívida, por diversas razões, uma delas que os juros reais estão atraentes”, afirmou o gestor de portfólio de alocação global da Blackrock, Russ Koesterich, em evento na sede da companhia em São Paulo. (Marinho,2023)

Nota-se que a aquisição de ativos nacionais possibilita a transferência de parte do lucro que é produzido pela classe trabalhadora nacional para investidores nacionais e internacionais. Deste modo o país constrói um capital que é exportado, não circula na economia nacional e não é devidamente aproveitado para estimular e sanar processos e carências internas.

Tal fato evidencia o avanço desenfreado do neoliberalismo/imperialismo sobre as políticas públicas nacionais. Enquanto um dos principais discursos neoliberais versa sobre a privatização do patrimônio público, empresas privatizadas repassam altas somas de valores para investidores ao redor de todo o mundo evidenciando, portanto, que tal discurso escancara interesses econômicos e políticos não apenas da classe burguesa propriamente dita, como também de possíveis Estados estrangeiros que investem nestas empresas e tributam os dividendos que seus cidadãos recebem em seus respectivos solos.

Conforme o capital avança sobre os bens públicos, mais evidente torna-se a ineficiência do país em face de seu desenvolvimento industrial, técnico e científico. Nas últimas décadas, pode-se presenciar ataques às universidades públicas e institutos de pesquisas pertencentes ao Estado, que sofrem com cortes de investimentos e discursos pró privatização, enquanto tais entidades são responsáveis pela maior gama de produção científica e tecnológica que o país produz. No mundo desenvolvido o Estado também é responsável pelo financiamento de pesquisas técnicas e científicas das universidades. Nos Estados Unidos estes institutos contam com o orçamento público para financiar atividades que possuem alto potencial de rentabilidade futura e ou importância científica, uma vez que pesquisas de vacinas, por exemplo, podem demorar anos para serem encerradas e não há data de retorno financeiro. Portanto, cabe ao Estado fazer o financiamento e garantir o avanço científico e sobretudo, garantir que o capital privado não sofra prejuízos totais ou parciais. A privatização de universidades e institutos de pesquisa brasileiros não seria diferente, o Estado continuaria financiando atividades de pesquisa com a diferença de que estes deixariam de pertencer ao Estado e passariam a integrar a seara privada.

Para quem tem dúvida, os números esclarecem sem rodeios: no mundo desenvolvido, universidades e outras instituições de pesquisa são financiadas majoritariamente com recursos públicos – isso vale até mesmo para as universidades que cobram mensalidades. No caso dos Estados Unidos, 60% do dinheiro para a pesquisa vêm dessa fonte; na Europa, 77%. Há poucas

semanas, para garantir a “prosperidade em longo prazo”, a Alemanha anunciou o investimento de 160 bilhões de euros no ensino superior e em pesquisa científica para a próxima década. Embora o Brasil enfrente desafios que as nações mais ricas não conhecem, mesmo por aqui não dá para imaginar que haverá desenvolvimento sem cuidar desse setor. Jornal da USP. (Caires,2019)

Tal fato não ocorre por acaso e representa duas necessidades principais: primeiro, a necessidade que a burguesia detém de seguir avançando sobre o patrimônio público, e segundo, a manutenção do Brasil em posição de país majoritariamente produtor de bens primários na divisão internacional do trabalho. Tal fato garante que o Brasil não avance tecnologicamente e, portanto, não se torne concorrente no mercado internacional em setores tecnologicamente mais avançados nos quais os produtos possuem valor agregado mais elevado.

Ao passo que o país segue remunerando anualmente com centenas de bilhões de reais a classe rentista que nada produz, quem segue pagando a conta é a classe trabalhadora, especialmente a mais pobre, por meio da tributação indireta que incide sobre serviços e bens de consumo como básicos, como alimentos e roupas. Somado a isto, evidencia-se que o Brasil, embora seja um dos países com a maior carga tributária do mundo, não tributa o pagamento de dividendos, garantindo aos investidores da dívida e de ações que sua remuneração seja paga sem deduções, seguindo na contramão de países considerados avançados, como os EUA que tributam 30% da remuneração advinda de ações, tal como as ações da Petrobras (PBR-Petroleo Brasileiro ADR Reptg 2 Ord Shs) listadas na bolsa de valores de Nova York (NYSE).

Quando o assunto é dívida pública a lógica é ainda mais perversa e se confronta diretamente com os interesses do Serviço Social no Brasil, uma vez que a seguridade social é a que mais sofre desonerações orçamentárias para a remuneração de capital ocioso. Isso se dá enquanto grandes corporações capitalistas recebem milhões em incentivos fiscais para exercerem atividades privadas.

O governo federal divulgou na última semana a lista de empresas beneficiadas por renúncias fiscais neste ano. A divulgação desse tipo de lista é inédita no Brasil e deixa transparecer o quanto grandes empresas são beneficiadas em detrimento de investimentos públicos. A lista foi divulgada pelo Ministério da Fazenda e utiliza dados extraídos da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), uma ferramenta criada pela Receita Federal. Os dados são de janeiro a agosto de 2024. Sozinho, o setor do agronegócio responde por 18,7% dos benefícios, que somam R\$ 546 bilhões – três vezes o orçamento do Bolsa Família para o ano que vem. A empresa mais beneficiada foi a Braskem, que recebeu R\$ 2,27 bilhões em incentivos. (Sintrajufe-RS, 2024, s.p.)

Tabela 1 - Lista de empresas que receberam renúncia fiscal em 2024

Empresa	Valor recebido
Braskem	2,27 Bilhões
Syngenta	1,77 Bilhão
TAM	1,70 Bilhão
Yara Brasil Fertilizantes	1,23 Bilhão
Azul Linhas Aéreas	1,04 Bilhão
Samsung	1 Bilhão
OCP Fertilizantes	975,9 Milhões
BASF	907,6 Milhões
Arcelomitta	801,9 Milhões
Philco	730 Milhões

Fonte:www.SintrajufeRs.com.br

Tal fato demonstra não apenas uma ameaça para as políticas de seguridade como a falta de interesse do Estado em prover a manutenção de direitos básicos que a população carece.

O trabalho também visa demonstrar que o Estado, conforme Karl Marx e Friedrich citavam, é o comitê executivo da burguesia. A forma como o Estado brasileiro se organiza visa a produção de privilégios para a classe dominante de modo que não há perspectiva de mudança sem a organização da classe trabalhadora.

O objeto do presente trabalho é a análise da formação de monopólios e as suas consequências no seio da economia brasileira na era financeirizada.

As obras consultadas para a produção deste trabalho versavam sobre economia e Serviço Social. Faz-se necessário citar que as obras de Evilásio Salvador (2017) e Tatiana Brettas (2021) foram amplamente consultadas neste trabalho e que foram imprescindíveis para a produção do mesmo. Além da utilização destes e outros grandes autores, foram consultados dados de órgãos e instituições públicas.

Frente ao exposto, foi utilizado como método de construção do trabalho a análise de textos e levantamentos bibliográficos com uma abordagem metodológica

qualitativa. Esperamos que o presente trabalho honre com os objetivos propostos e com as prerrogativas do serviço social brasileiro.

1. Capitalismo: da gênese ao Imperialismo na visão de Lênin

O mundo pré capitalista e a era das terras comunais

Do século V ao século XV perdurou na Europa o modo de produção feudal, também conhecido como Idade Média. Basicamente, o feudalismo foi um sistema de produção baseado em regimes de servidão em ambientes rurais, os agentes sociais envolvidos eram principalmente os servos, os nobres e o clero. Os servos, também conhecidos como vassallos, eram a maioria da população que habitava os feudos, (feudos eram as zonas rurais ocupadas pelos servos com fins de produção agrícola). Sua função era a de exercer atividades campesinas tais como plantio e colheita, parte da produção era repassada ao suserano em forma de imposto e a outra parte ficava sob sua custódia para sustento das necessidades de subsistência de seu grupo familiar. Embora os excedentes também fossem utilizados para trocas. Do século V até meados do século X não havia uma forte circulação de moedas, o que fazia com que trocas via escambo fossem comuns.

Os senhores feudais (Suseranos), por sua vez, eram os grandes proprietários de terras. Estes recebiam as terras mediante pactos de fidelidade com os reis (nobres) e nestas terras abrigavam os servos e exerciam seus poderes. Os suseranos abrigaram crescentes massas populacionais advindas das grandes cidades do Império Romano a partir do século V, aqueles que passaram a habitá-las o faziam mediante um pacto de fidelidade com o vassallo, e sob a égide do exercício laboral imposto por ele. Aquele que recebia o direito de exercer determinada atividade laboral passava o direito ao seu descendente, de modo que não havia possibilidade de escalada social. Embora houvessem reis, o poder era exercido de modo descentralizado, portanto nem todos os senhores feudais sofriam influência da nobreza, por isso, nesse período histórico o agente de maior relevância era o suserano, que controlava a vida social, legislativa, e direcionava a vida política e militar dentro de suas vastas terras.

Nos países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassallos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de

rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos. (Marx, 1996, p. 516)

Ao passar dos séculos, diversos conhecimentos foram sendo alcançados e novas tecnologias foram sendo desenvolvidas, tendo como um dos principais responsáveis a Igreja Católica, que exercia papel fundamental nas questões de estudos e pesquisas da época. O desenvolvimento humano que se gestou possibilitou um aumento na produção agrícola e uma melhora na qualidade de vida da maior parte da população, e em meados do século XI, os excedentes passaram a ser gradativamente trocados por moedas. Tal mudança na dinâmica das trocas possibilitou o surgimento de novos agentes sociais, tal como a classe burguesa, que eram grupos de pessoas que se concentravam em feiras ao redor das cidades medievais com o objetivo de realizar trocas comerciais. Ao decorrer do tempo, os burgueses passaram a acumular cada vez mais protagonismo na dinâmica social, e isso somado a outros fatores tais como o aumento das relações de trocas com outros povos que aumentavam a quantidade de produtos em circulação, as cruzadas e o aumento das expedições marítimas, pavimentaram a queda deste modo de produção.

A partir do século XI, a população rural passou a migrar gradativamente para as zonas urbanas a fim de gozar das novas oportunidades de vida que nasciam com o comércio metaleiro. A nova dinâmica de trocas que surgia fez com que as relações de servidão perdessem o sentido e mesmo os suseranos passaram a se moldar aos novos tempos. De 1346 a 1353 um terço da população europeia foi dizimada pela peste negra, o que tornou a disposição de servos ainda menor. Parte dos senhores feudais passou a obrigar os servos a trabalharem dobrado e a proibirem sua saída dos feudos, o que provocou diversas revoltas em solo europeu. Até então, a recém gestada classe burguesa passou a apoiar os reis e o aumento da influência e dos poderes dos reis levou à criação dos Estados nacionais. A dificuldade encontrada na Europa de adquirir riquezas para realizar as trocas monetárias, em decorrência deste período de crise, os levaram a expandir a exploração de novos mercados, e assim se iniciou o processo de expedições marítimas para outros continentes.

O processo de acumulação primitiva

Aos poucos os antigos vassalos passaram a trocar sua força de trabalho por dinheiro, dando assim início a classe de trabalhadores livres/ assalariados, que

vendiam sua força de trabalho livremente para quem quisesse comprá-las, mudando assim a forma como a força de trabalho era empregada. Não demora para que a dinâmica do processo capitalista dê os primeiros passos rumo às expropriações da classe trabalhadora.

Com a revitalização dos grandes centros urbanos e sobre a influência de mercados emergentes como o da lã, não tardou para que os trabalhadores que restavam sobre as terras comunais fossem violentamente expulsos destas, e as terras ora usadas para produção de bens agrícolas agora fossem utilizadas para a criação de ovelhas que alimentariam a carência de lã das manufaturas. Com a expulsão destes trabalhadores dos campos, estes não tinham outra opção que não a venda da sua força de trabalho para os capitalistas que quisessem comprá-las. A separação da classe trabalhadora dos meios de produção e de subsistência é um dos principais pilares deste modo de produção.

O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, “por toda parte enchiam inutilmente casa e castelo”. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a conseqüente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa. Harrison, em sua *Description of England*. Prefixed to Holinshed’s *Chronicles*, descreve como a expropriação dos pequenos camponeses arruína o país. *What care our great incroachers!* (Mas o que importa isso a nossos grandes usurpadores!) As habitações dos camponeses e os cottages dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou entregues à ruína. (Marx, 1867, p.517).

O processo de valoração do capital

Para que o sistema capitalista funcione é de suma importância que haja a separação da classe trabalhadora dos meios de produção e de subsistência, uma vez que desta forma essas pessoas não têm outra opção de prover suas necessidades básicas senão através da venda de sua força de trabalho, assim torna-se a força de

trabalho do proletariado um produto que será responsável por produzir o lucro para o capitalista através do processo de mais-valia ao qual será submetido, a mais-valia consiste no excedente de valor que é gerado pelo trabalhador, mas que a ele não é pago. Deste modo, o capitalista se mune das matérias primas necessárias, bem como de outros meios, e inicia a sua jornada frente ao processo de valorização de capital mediante o processo de expropriação do mais valor: produção de mercadorias que serão trocados por (Dinheiro).

Nosso capitalista previu esse estado de coisas, e o caso o fez rir. O trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas. Assim como 10 libras de algodão absorveram 6 horas de trabalho e se transformaram em 10 libras de fio, 20 libras de algodão absorverão 12 horas de trabalho e se transformarão em 20 libras de fio. Consideremos o produto do processo prolongado de trabalho. Nas 20 libras de fio estão objetivadas, agora, 5 jornadas de trabalho, das quais 4 foram empregadas na produção do algodão e dos fusos e 1 foi absorvida pelo algodão durante o processo de fiação. A expressão em ouro das 5 jornadas de trabalho é 30 xelins ou £1 e 10 xelins. Esse é, portanto, o preço das 20 libras de fio. A libra de fio continua a custar 1 xelim e 6 pence, mas a quantidade de valor das mercadorias lançadas no processo soma 27 xelins. O valor do fio é de 30 xelins. O valor do produto aumentou 1/9 sobre o valor adiantado em sua produção. Desse modo, 27 xelins transformaram-se em 30 xelins, criando um mais-valor de 3 xelins. No final das contas, o truque deu certo. O dinheiro converteu-se em capital. (Marx, 1867, p199).

Uma vez que a burguesia passou a tomar mediante a força as até então terras comunais, e passaram a explorar a mão de obra da classe trabalhadora mediante salário, o capitalismo passa a ter a sua condição básica de existência.

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que tem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc. nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc. mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. (Marx, 1867, p. 515).

Para Marx, o valor da mercadoria é medido levando em consideração o tempo necessário para a sua produção, bem como a sua reprodução. Isto também vale para a mercadoria força de trabalho, que tende a ser remunerada por valores ínfimos, o que permite à classe trabalhadora ao menos custear suas necessidades básicas como alimentação, moradia, e as "necessidades de natureza histórica e social", pois caso o mínimo existencial não fosse garantido o dono dos meios de produção não teriam a quem explorar e perderiam a única mercadoria capaz de gerar valor. É importante salientar que a reprodução da mercadoria força de trabalho entra nos cálculos do capitalista também do ponto de vista da prole (filhos), como estes serão os futuros vendedores livres de força de trabalho, seus genitores recebem no salário um valor relacionado a manutenção desta classe de futuros trabalhadores.

O modo de produção capitalista e sua fase comercial

A partir do século XV o capitalismo comercial surge na Europa e passa a disputar hegemonia com o regime feudal. Na época, considerava-se que a riqueza do mundo não poderia ser criada, e como as trocas passaram a ser realizadas por dinheiro, os metais preciosos marcaram forte presença na esfera da circulação, por isso os países passaram a concentrar as riquezas advindas das suas exportações em seus respectivos tesouros nacionais, pois assim poderiam concentrar vastas parcelas das riquezas existente no mundo sob a égide de seu Estado. Esta fase do capitalismo ficou marcada pela presença das manufaturas, do controle estatal da economia nas mãos dos reis, do protecionismo, do metalismo e da balança comercial favorável (mais exportações do que importações). Não demorou e a necessidade de expansão do capital leva os exploradores dos países centrais ao convés: É chegada a era das grandes navegações. A partir do século XV o capitalismo caminhou a passos largos rumo ao aumento da sua hegemonia. Utilizando-se dos avanços tecnológicos que os permitiram cruzar os oceanos, passaram a engendrar um até então novo processo próprio deste meio de produção: O colonialismo. O desbravamento sobre os mares será responsável por levar, na ida, horror aos povos colonizados de todo o mundo, na volta, extraordinárias somas de capital as nações colonizadoras, e dará início a divisão internacional do trabalho. Neste período a classe trabalhadora já existia, e, portanto, já enfrentava tensões próprias deste modo de produção.

Segundo Marx (1867, p. 534),

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes.

A consolidação do modo de produção capitalista e sua fase concorrencial

Em 1760, na Inglaterra a máquina a vapor foi desenvolvida, dando à luz a primeira revolução industrial, logo a manufatura foi substituída pelas máquinas que faziam, quase sozinhas, o trabalho de muitos homens. O ritmo célere que a indústria propiciou ao capital se espalhou rapidamente entre os diversos países centrais, e os grupos burgueses de variadas regiões da Europa intensificaram as disputas pela captação dos lucros através das disputas por mercados, o desenvolvimento das máquinas propiciou aos trabalhadores a substituição de seu protagonismo e de seu trabalho vivo no processo produtivo pelo trabalho morto das máquinas. Esse fato elevou demasiadamente o desemprego nas cidades industriais, que abrigavam grandes massas populacionais, criando assim o exército industrial de reserva, ou seja, excedentes da mercadoria força de trabalho na esfera de circulação econômica. Deste modo o detentor dessa mercadoria poderia facilmente ser substituído por outro, ao passo que a alta oferta faz descer o valor a ela atribuído. O proletariado que habitava as cidades industriais sofria grandes explorações laborais e viram a mais valia absoluta ser aumentada mediante as altas jornadas de trabalho que duravam até 12 horas por dia, e ao mesmo tempo, viram o aumento da mais valia relativa mediante o aumento do ritmo de produção trazido pelas máquinas. Segundo José Paulo Netto e Marcelo Braz (2007, p.120):

A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua

constituição, a “livre iniciativa” (“iniciativa privada”) tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada – embora as quebras e falências durante as crises afetassem especialmente os pequenos e médios capitais, estes dispunham de oportunidades de investimento lucrativo que, no futuro, seriam cada vez menores, já que, à medida que se desenvolvia o capitalismo, mais se faziam sentir os efeitos da concentração e da centralização. Além disto, a burguesia se utilizava da extensão da jornada laboral (mais-valia absoluta) e emprego de mão de obra feminina e infantil, fato que elevou as tensões da luta de classes e emergiu na classe trabalhadora a necessidade de organização e resistência, surgindo no período os primeiros sindicatos e grupos de mesmo cunho, tais como a Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) e a Internacional Socialista (criada em 1889 e cuja crise se manifestou em 1914).

Durante a fase do capitalismo concorrencial haviam muitos pequenos capitalistas nas disputas pela acumulação, a principal estratégia consistia em ofertar os melhores produtos possíveis com o menor custo de mercado. Ocorre que com o tempo alguns capitalistas lograram êxito nestas disputas ao passo que outros fracassaram, muitas das vezes sendo vendidos e incorporados pelas maiores organizações

Agora, o capital se expande cada vez mais, busca matérias primas e mercados em todos os cantos do globo, e exporta cada vez mais e mais mercadorias para as até então diferentes colônias e países. A divisão internacional do trabalho passou obedecer a uma lógica onde os países centrais produziam a pleno vapor diversos produtos industrializados, enquanto as colônias eram forçadas a fornecer as matérias primas, principalmente de origem mineral, orgânica e humana. Esta lógica de produção mergulhou os países que foram colonizados em crises econômicas e sociais que perduram até a contemporaneidade.

A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo terreno para a burguesia ascendente. Os mercados das Índias orientais e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e de mercadorias em geral, deram ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso nunca visto antes. Deste modo, promovem um rápido desenvolvimento do elemento revolucionário na sociedade feudal em decomposição. (Marx; Engels, 1848, p. 16.)

Imperialismo, capitalismo monopolista e a era do capital financeiro

A partir do período das grandes navegações a economia mundial passou a estar cada vez mais entrelaçada e interdependente. No século XIX, a 2ª revolução industrial surgiu para elevar os avanços técnicos e científicos a níveis jamais vistos.

Graças a Bessemer (1813-1898) e aos irmãos Siemens (Friedrich, 1826-1904 e Wilhelm, 1823-1883), o aço passa a ser produzido em grande escala e substitui o ferro como material básico; a aplicação da química permite obter papel a partir da polpa de madeira (1855) e alumínio a partir da bauxita (1886) e revoluciona a produção de álcalis e de tintas e colorantes e dá nascimento à indústria de fármacos; a energia mais utilizada recebe um novo impulso, com a turbinação do vapor (Parsons, 1884); os motores de combustão interna são produzidos a partir de 1876 (Otto) e, com a abertura dos campos de Bornéu (1898), o petróleo generaliza-se como combustível; enfim, a eletricidade faz sua entrada em cena: em 1881, em Godalming (Inglaterra), inaugura-se a primeira central elétrica pública da Europa. (Netto; Braz, 2007, p. 122)

Ocorreram também importantes mudanças no plano político e econômico, sendo estes o surgimento de monopólios decorrente da alta concentração de capital industrial nas mãos de poucos grupos burgueses e o protagonismo das instituições bancárias nos novos moldes da acumulação. Se na primeira fase da revolução industrial havia uma alta competição entre os grupos industriais burgueses, nela própria se produziu perdedores e vencedores que aumentaram de tamanho e cada vez mais se expandiram até se tornarem gigantes. Os bancos tiveram crucial importância neste processo, uma vez que na função de credor, possibilitaram que as indústrias tivessem recursos garantidos para se manter nas disputas por capital e principalmente, que algumas organizações capitalistas tivessem vantagens operacionais sobre a outras mediante o excesso de liquidez a juros. Deste modo, a soma entre o capital bancário e o capital industrial faz nascer o capital financeiro.

Uma parte cada vez maior do capital industrial – escreve Hilferding – não pertence aos industriais que o utilizam. Estes podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – isto é, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro.” “Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam.” (Hilferding *apud* Netto; Braz, 1912, p. 338-339).

No final do século XIX e começo do século XX, ficou conhecido por registrar o nascimento do capitalismo monopolista, que se caracteriza pelas sociedades por ações, pelo capital financeiro, pelos monopólios, dívida pública, e outras formas de crédito lastreados em títulos.

Como elucidado Netto (2007, p. 127):

Uma vez controlados os mercados dos seus próprios países (o controle dos mercados, como observamos adiante, é o objetivo dos monopólios), as gigantescas empresas monopolistas tratam de ganhar mercados externos – e, nesse processo, elas se associam a empresas similares de outros países capitalistas de forma a selecionar áreas de atuação. De fato, dividem entre si as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses. Assim, já antes da Primeira Guerra Mundial, o mercado de petróleo foi objeto de acordos entre a Standard Oil (norte-americana) e a Royal Dutch Shell (anglo-holandesa); na indústria eletrotécnica, em 1907, um acordo entre a General Electric/GE (norte-americana) e a Allgemeine Elektrizitätsgesellschaft/AEG (alemã) garantiu à primeira os mercados americanos e à segunda os europeus e parte dos asiáticos. Tais acordos, que não eliminam a concorrência entre os monopólios, mas estabelecem limites temporários a ela, continuaram a se realizar ao longo de todo o século XX, envolvendo os ramos produtivos mais diversos.

Como visto anteriormente, as megacorporações, como as empresas multinacionais, apenas são possíveis em decorrência da lógica de se tomar dinheiro emprestado de instituições financeiras para investimento no processo de apropriação de capital. Para isso, a instituição financeira toma emprestado os pequenos valores dos correntistas, que são em sua maioria assalariados, e utiliza os valores que constam em suas contas para realizar empréstimos a outras organizações cobrando em troca o "juro", um adicional de dinheiro baseado no empréstimo. Essa atividade é crucial para o modo de produção capitalista, pois retira da inércia uma soma de dinheiro que até então se encontrava parada e a introduz na lógica da produção de mais-valor.

O negócio bancário, sob este aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário imprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro, que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. (Marx, [1885]1988, p.52).

Sociedades por ações ganharam cada vez mais adeptos, e ainda que a maior soma de aportes se concentre nas mesmas carteiras, os crescentes investimentos nesta classe de ativos tornam cada vez mais possível que uma pessoa ou instituição se tornasse proprietário de uma pequena parte de uma empresa que estivesse listada na bolsa de valores. Ao longo do desenvolvimento deste modo de produção, as instituições financeiras foram ganhando cada vez mais importância. Os dados que possuíam de seus clientes possibilitaram que estas se posicionarem estrategicamente no mercado de modo a acumular cada vez mais participações acionárias nas empresas, que possuíam os melhores balanços, se tornando, portanto, donas de partes de companhias de diversos ramos.

A grande indústria criou o mercado mundial, para o qual a descoberta da América abriu o caminho. Este mercado deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, à comunicação por terra. Este desenvolvimento, por sua vez, agiu novamente sobre a extensão da indústria. Na medida em que a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias se estendiam, a burguesia se desenvolvia, aumentava seu capital e empurrava para segundo plano todas as classes legadas pela Idade Média (Marx; Engels, 1848, p16.)

A ocorrência desta nova modalidade de capital, bem como dessa nova gestão dos recursos naturais, industriais e humanos, configuram o avanço para o que podemos chamar de imperialismo. Para Lênin, o imperialismo configura o estágio superior do domínio do modo de produção capitalista, e pode-se observar que esta política configura uma das mais eficientes estratégias de domínio de classe já registrada em toda a história. Tal debate será melhor aprofundado no próximo tópico.

Outra face própria do processo de acumulação monopólica que é importante de ser mencionada é a lógica das sociedades por ações(S/As). Segundo Marx (1894), estas diversas instituições financeiras passaram a operar na bolsa, seja isoladamente com o seu próprio pessoal ou por meio de acordos com empresas especializadas no assunto, o que culminou em uma farta acumulação de cotas acionárias de empresas pertencentes a setores estratégicos do mercado global. A coalizão entre empresas e bancos permitiram a separação entre o capitalista funcional, o dirigente do capital alheio, e o proprietário de capital. “Uma vez que a propriedade existe aqui na forma de ação, seu movimento e transferência tornam-se resultado puro do jogo da bolsa em que os peixes pequenos são devorados pelos tubarões e as ovelhas pelos lobos da bolsa”. (Marx,1885, p.316-318).

O advento da sociedade por ações permitiu a expansão em larga escala da produção e favoreceu um processo de concentração e centralização do capital sem precedentes. O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente a centralização dos capitais e, portanto, a expropriação em escala mais alta. Como efeito disto, vemos enormes vantagens para tais companhias, uma vez que há uma alta soma de investimentos bancários e não bancários investidos que são utilizados para alargar seu crescimento, tornando as demais empresas do setor obsoletas e incapazes de competir. Em decorrência disso, poucas empresas dominam todo um setor produtivo, utilizando de concorrência desleal e diversas práticas que inviabilizam a sobrevivência das demais. Deste modo vemos na indústria grandes corporações que dominam grandes setores produtivos quase sozinhas sendo "alimentadas" principalmente por grandes instituições financeiras, que injetam investimentos para o crescimento das

suas atividades, ao passo que ela própria (instituição financeira) se beneficia dos rendimentos futuros, em um ciclo de simbiose própria desta fase do modo de produção capitalista. Uma vez que ocorre o crescimento exponencial de uma empresa, muitas das menores, incapazes de competir, são compradas e passam a integrar o rol de produtos ofertados pelas maiores.

O imperialismo na visão de Lênin

De acordo com Vladimir Lênin, o imperialismo é uma fase do desenvolvimento do capitalismo marcado pela concentração, centralização e internacionalização do capital, que tem no aumento das disputas interimperialistas e no desenvolvimento desigual e combinado a expressão do movimento do capital na busca da mais valia extraordinária. Nesta fase, o poder político militar, aliado ao econômico, busca alargar as fronteiras da acumulação, intensificando as desigualdades e recheado de novas e contraditórias determinações do desenvolvimento capitalista.

O imperialismo foi se formando ao passo que o mundo ia sendo disputado pelos principais grupos burgueses do mundo. Durante a era das colonizações, todo o mundo foi partilhado entre esses grupos, e quando não havia mais nenhum palmo de terra a ser usurpado, o resultado foi a primeira guerra mundial, ou seja, um grupo de vinte e nove capitalistas tentando conquistar através da força o capital dos demais.

Lênin foi um dos primeiros autores marxistas que se inclinou a destrinchar o desenvolvimento monopólico que nascera no modo de produção capitalista e registrou em sua obra: *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, as principais características desta até então nova fase deste sistema. No primeiro capítulo de sua obra, o autor explorou a lógica da concentração da produção e os monopólios, cujos principais elementos são a integração, os cartéis e trustes. Segundo o Lênin, nos países da Europa e nos Estados Unidos do século vinte, as poucas e grandes empresas eram responsáveis por quase metade da produção de todo o seu território. Apenas nos Estados Unidos cerca de 3.000 empresas dominavam 250 diferentes ramos industriais, estando em uma proporção de aproximadamente 6 empresas para cada ramo. Estas grandes empresas possuíam maiores somas de capital do que a maior parte de seus concorrentes cujo patrimônio era menos expressivo, deste modo, elas passaram a colaborar tanto entre si quanto com os demais gigantes de variados

ramos de produção através de políticas de cartel, ou seja, combinação de preços abaixo do mercado para quebrar as concorrentes.

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o desenvolvimento dos inventos e os aperfeiçoamentos técnicos. Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre patrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chegou a tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também criam-se associações monopolistas gigantescas que se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado e estes grupos “partilham” entre si, por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – estão nas mãos dos monopólios. O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (Lênin, 2011, p.237)

Com as empresas de outros ramos, através de acordos sobre preços reduzidos de matérias primas e outras facilidades. Além disto, Hilferding, citado por Lênin, descreve outro elemento constitutivo desta fase: A integração, ou seja, empresas que possuem diferentes ramos em sua cadeia produtiva de maneira tal que consegue aproveitar todos os produtos e subprodutos de uma matéria prima não abrindo espaço para outra empresas atuarem no setor. Exemplo: Uma determinada empresa possui fazendas onde reproduz ciclos de plantio e a derrubada de árvores para produção de móveis de alta qualidade. Os restos das diferentes madeiras que antes poderiam ser aproveitados por outras empresas passam a ser incorporados a uma nova fase de produção onde a mesma passa a produzir brinquedos e produtos variados de MDF. A partir desta nova fase de produção, tal empresa passa a concentrar todo o aproveitamento da madeira na ampliação de seu próprio e lucro. Tal processo também pode ser dividido entre empresas parceiras, de modo que apenas terão vantagens competitivas aquelas que pertencem a esta integração capitalista.

O economista burguês alemão Heymann, que consagrou uma obra à descrição das empresas “mistras”, ou seja, integradas, na indústria siderúrgica alemã, diz: “As empresas simples perecem, esmagadas pelo preço elevado das matérias-primas e pelo baixo preço dos artigos manufaturados.” Disso, resulta o seguinte: “Por um lado, mantém-se as

grandes companhias hulíferas com uma extração de carvão que atinge vários milhões de toneladas, solidamente organizadas no seu sindicato patronal do carvão; em seguida, estreitamente ligadas a elas, as grandes fundições de aço com o seu sindicato do aço. Estas empresas gigantescas, com uma produção de aço de 400.000 toneladas por ano, com uma extração enorme de minério de ferro e de hulha, com a sua produção de artigos de aço, com 10.000 operários alojados em barracões nos bairros operários, que contam por vezes com estradas de ferro e portos próprios, constituem os típicos representantes da indústria siderúrgica alemã. E a concentração continua avançando sem cessar.

As diferentes empresas se tornam cada dia mais importantes; cada vez é maior o número de estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria que se agrupam em empresas gigantescas, apoiadas e dirigidas por meia dúzia de grandes bancos berlinenses. No que se refere à indústria mineira alemã, foi demonstrada a correção da doutrina de Karl Marx sobre a concentração; é verdade que isto se refere a um país no qual a indústria se encontra defendida por direitos alfandegários protecionistas e pelas tarifas de transporte. A indústria mineira Alemã está madura para a expropriação.” (Lênin, 2011, p.122)

Os bancos e seu novo papel

Lênin destaca que a mudança no perfil de atuação dos bancos ao longo do tempo. Este, que nasceu com a premissa de viabilizar crédito a juros para quem dele precisar, passou ao longo do tempo a se associar a empresas de diversos ramos, e seguindo a tendência capitalista, formar e integrar diferentes tipos de monopólios.

Lênin destaca que no século XX as principais instituições bancárias em operação na Europa e nos Estados Unidos possuíam uma trajetória muito semelhante no que tange ao seu processo de acumulação. Os bancos que alcançavam as maiores margens de lucro gozavam do privilégio de oferecer melhores condições de empréstimos e outros serviços, e deste modo inviabilizavam a concorrência das menores. Ao passo que os bancos pequenos sucumbiam, passavam a ser comprados ou quando oportuno, incorporados por meio do aporte de vastas parcelas de suas ações, portanto, a empresa compradora passava a deter sua parte de seu patrimônio e por isso, fazia jus aos direitos e obrigações a que estas instituições detinham. Lênin exemplifica tal sistema de aquisição por ações através do caso do Deutsche Bank, na Alemanha:

Entre os oito bancos “dependentes de primeiro grau”, subordinados ao Banco Alemão “ocasionalmente”, figuram três bancos estrangeiros: um austríaco (a Sociedade Bancária -Bankverein de Viena) e dois russos (o Banco Comercial Siberiano -Sibirski Torgóvi Bank e o Banco Russo de Comércio Externo - Rússki Bank dliá Vnéchnei Torgóvii). No total, fazem parte do grupo do

Banco Alemão, direta ou indiretamente, parcial ou totalmente, 87 bancos, e o capital total, próprio ou alheio, que o grupo controla calcula-se em 2 ou 3 mil milhões de marcos. (Lênin, 1917, p.141)

Logo, poucas empresas bancárias passaram a acumular mais clientes, entre empresas e pessoas físicas, e a deter maiores informações relacionadas ao balanço contábil de seus clientes. Ao mediar as dívidas, lucros, formas de pagamento, investimentos e demais balanços, os bancos passaram a atuar de forma ativa no mercado, pois conhecer a saúde financeira de diferentes instituições os possibilitou a se associar com as organizações com maiores projeções de lucro e estabilidade, e boa parte da estratégia de associação se deu através do mercado acionário.

As ações representam pequenos títulos de posse de uma empresa, e quem as detém passa a ser sócio dela, tendo direito a usufruir os lucros, amargar os prejuízos e participar das assembleias onde são discutidos os rumos que a empresa irá tomar, tais direitos são concedidos de maneira diretamente proporcional a quantidade de ações adquiridas. O mecanismo das sociedades por ações facilita o controle de diversas instituições que pertençam ao mesmo grupo ou que por elas tenham sido adquiridas. Por exemplo, supondo que um determinado banco A realize a compra de 60% das ações de um banco B e 70% de um banco C, e após um período de tempo passe por dificuldades financeiras e resolva emitir ações que representem 55% do seu patrimônio a fim de angariar capital para sanar uma grave crise, caso um único investidor aporte ao menos 51% de suas ações, não apenas passará a exercer total controle sobre ela como também sobre o banco B e C que teve a maior parte do seu patrimônio anteriormente adquirido pelo banco A. Através de ações como a representada no exemplo, o Deutsche Bank, analisado por Lênin, chegou no seguinte grau de posse e influência de outras instituições bancárias dentro e fora da Alemanha no século XX.

		<i>Dependência do 1o. Grau</i>	<i>Dependência do 2o. Grau</i>	<i>Dependência do 3o. Grau</i>
o "Deutsche Bank" participa	permanentemente	Em 17 bancos	dos quais 9 participam noutros 34	dos quais 4 participam noutros 7.
	por tempo indeterminado	5		
	eventualmente	8	dos quais 5 participam noutros 48	dos quais 2 participam noutros 2.
TOTAL		Em 30 bancos	dos quais 14 participam noutros 48	dos quais 6 participam noutros 9.

Fonte: LÊNIN, 2011, p.141.

Logo, os bancos passaram a concentrar tamanho volume de capital que passaram a investir nas ações de empresas de diversos ramos como a indústria, fundindo, portanto, o capital bancário com outros e formando o capital financeiro. Esta união faz nascer o capital monopolista, pois diferentes setores passam a operar sobre a égide dos mesmos grupos e pessoas de forma totalmente integrada. Ao realizar tais investimentos os bancos passaram a operar junto das empresas o que facilitou o domínio de diversos ramos da produção.

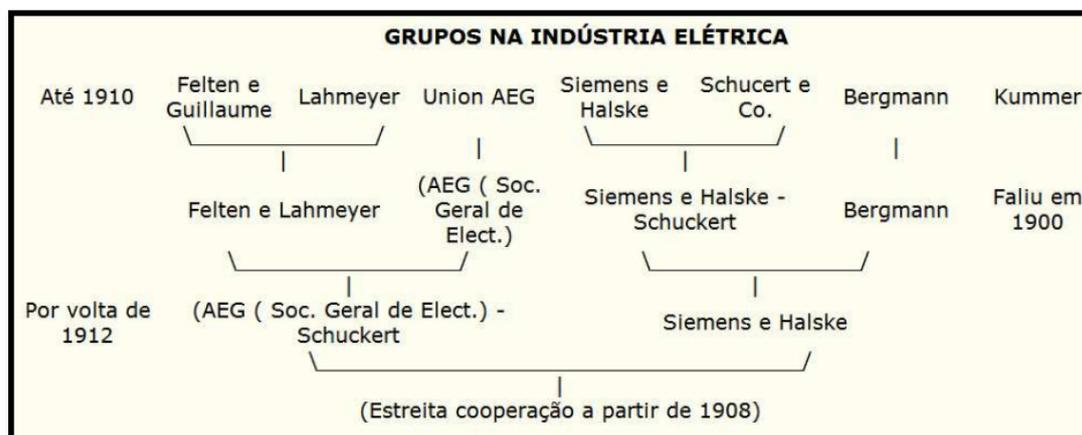
Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. O economista alemão Jeidels reuniu dados extremamente minuciosos sobre esta forma de concentração dos capitais e das empresas. Os seis maiores bancos berlinenses estavam representados, através dos seus diretores, em 344 sociedades industriais, e, através dos membros dos seus conselhos de administração, noutras 407, ou seja, num total de 751 sociedades.

Em 289 sociedades tinham dois dos seus membros nos conselhos de administração ou ocupavam a presidência dos mesmos. Entre essas 153 sociedades comerciais e industriais encontramos os ramos industriais mais diversos: companhias de seguros, vias de comunicação, restaurantes, teatros, indústrias de objetos artísticos, etc. Por outro lado, nos conselhos de administração desses seis bancos havia (em 1910) 51 grandes industriais, entre eles o diretor da firma Krupp, o da gigantesca companhia de navegação Hapag (Hamburg-Amerika), etc., etc. Cada um dos seis bancos, de 1895 a 1910, participou na emissão de ações e obrigações de várias centenas de sociedades industriais, cujo número passou de 281 para 419. (Lênin, 1917, p152.)

A partilha do mundo entre os grupos capitalistas

Nota-se que nesta fase do modo de produção capitalista, as grandes empresas que disputam um mesmo setor tendem a realizar a política de trustes. Tal medida baseia-se na fusão de empresas, de modo que estas deixam de competir entre si e tornam-se uma só, abocanhando todos os lucros e dispondo de vantagens operacionais diversas por não possuírem concorrentes. Este processo se inicia no mercado interno, e se espalha para os demais. Lênin exemplifica tal fato através do caso da formação do maior truste de eletricidade do século XX. Em meados de 1900, a Europa enfrentou uma crise que pôs fim a diversas pequenas empresas, algumas foram compradas por empresas maiores e outras se associaram a elas. Este mercado era disputado por cerca de oito grupos até o ano de 1900, cada um composto por várias sociedades (cerca de 28), que estavam associadas a cerca de 2 a 11 bancos. Em meados de 1912, todos esses grupos se fundiram, resultando na formação de duas únicas empresas, tal como elucida a tabela a seguir.

Tabela 2: Trustes da eletricidade alemã



Fonte: Lênin, 2011, p. 190

Segundo Lênin, a AEG passou a exercer domínio sob 200 sociedades e dispunha de 1.5 bilhões de marcos. Contava com 34 representações diretas no exterior, sendo 12 sociedades anônimas estabelecidas em 10 países. Ocorre que a AEG não era a única gigante do setor de energia. Nos Estados Unidos a General Electric também se consolidava enquanto uma gigante do setor, impulsionado pela busca de novos capitais e que teoricamente disputaria os mercados com a AEG, mas ao invés disso, elas resolveram se unir e ao invés de disputarem os mercados, elas

simplesmente os dividiram e cooperaram entre si para a formação de sua dupla hegemonia.

E eis que em 1907, entre o truste americano e o truste alemão se estabeleceu um acordo para a partilha do mundo. Foi suprimida a concorrência: a GEC “recebeu” os Estados Unidos e o Canadá; à AEG “couberam” a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Bálcãs. Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países “novos”, ainda não incluídos formalmente na partilha. Estabeleceu-se o intercâmbio de invenções e experiências. (Lênin, 2011, p. 191)

Deste modo, se consolidou um forte elemento monopólio, onde gigantes de um setor cooperaram entre si e se espraiam para todo o globo disputando contra as empresas maiores e as derrotando. Aos poucos, o imperialismo dominou o mercado global e se consolidou como um importante instrumento de dominação da burguesia internacional.

A exportação de capital

A exportação de capital é o processo no qual capitalistas, em geral de países desenvolvidos, encontram a possibilidade de valorizar seu capital exportando recursos para outros países. Lênin cita duas formas: O investimento em produção de bens em economias subdesenvolvidas e a concessão de empréstimos bancários e outras linhas de crédito. No primeiro caso, o investimento em empresas, terras e outros bens de países subdesenvolvidos possui o condão de aproveitar os baixos valores agregados e com isso aumentar a mais valia. Para tal, o país que irá receber estes investimentos deve estar munido de uma infraestrutura básica que comporte a execução das atividades laborais que serão realizadas. Essa atividade permite aos capitalistas explorar um novo capital, e em decorrência de ter sido muito utilizado era das colônias, embora não tenha sido exclusividade deste período, parcelas inimagináveis de capital em suas mais variadas formas foi usurpada das nações que se encontravam sobre os grilhões da dominação capitalista.

2. O Imperialismo Estadunidense: Uma nova fase do destino manifesto

Neoliberalismo e financeirização no pós Segunda Guerra

A Segunda Guerra Mundial e a reorganização do mundo capitalista 1939 - 1945

No período entre 1939 e 1945, o mundo experienciou a sua Segunda Grande Guerra. Momentos turbulentos já assolavam a humanidade desde o Primeiro Conflito, que se encerrou em 1918, e que lançou as sementes que fariam brotar novas crises e tensões que desaguaram em um segundo grande conflito internacional. Neste cenário, mais uma vez, a Europa foi o palco central da guerra. Os Estados Unidos integraram os Aliados e financiaram boa parte de suas ações, especialmente da França e do Reino Unido, que saíram vitoriosos do conflito ao lado da URSS, e outras diversas nações que participaram da guerra em menor proporção, como o Brasil.

Os Estados Unidos se consolidaram enquanto potência neste momento, e aproveitaram sua hegemonia econômica, política e militar para implementar no campo da geopolítica diversos acordos que conferiam vantagens para eles, como o pacto de Bretton Woods.

O liberalismo econômico

Friedrich Hayek, economista austríaco e grande pensador liberal, defendia que existem atividades típicas de Estado, e que devem ser reguladas, mas por outro lado, existem atividades típicas de mercado que devem ser exercidas de maneira livre, regulada pelas leis das trocas livres. Segundo o autor, no que tange a política econômica, caberia ao Estado criar instrumentos jurídicos que permitissem as trocas livres dentro do sistema produtivo e que garantisse a propriedade privada de maneira justa, pré-ordenada e igualitária, de modo que o Estado assuma uma posição de garantidor, sem provocar outras influências no sistema de trocas, pois o mercado se autorregula por meio das atividades de seus agentes.

Embora os liberais acreditassem que um país alcançaria o auge do seu desenvolvimento quando em plena liberdade, foi no bojo desta doutrina econômica que o mundo capitalista enfrentou uma de suas maiores crises, a crise de 1929, que

foi uma crise de superprodução e especulação baseada no consumo acelerado da sociedade americana. Após esta crise, a doutrina liberal foi colocada à prova, e não resistiu aos diversos efeitos, que a fizeram sucumbir frente ao modelo social democrata baseado nas ideias de John Keynes que propunha uma maior intervenção na economia.

A partir da crise de 1929, diversos países, seguindo o modelo dos EUA, passaram a promover intervenções na economia com fins de manter o pleno emprego e outros direitos sociais, com o objetivo de conter a grave crise econômica e social gerada pelos eventos como a primeira guerra mundial (1914-1918), a quebra da bolsa de Nova York em 1929 e o modelo econômico liberal que até então vigorava. Após a crise de 1929, os democratas venceram as eleições presidenciais estadunidenses elegendo Franklin Roosevelt para a Casa Branca. No cargo, Roosevelt implementou seu plano de recuperação econômica intitulado de *New Deal*, tal plano propunha uma maior intervenção na economia por parte do Estado. A partir disso, o governo estadunidense passou a implementar fiscalizações de transações bancárias, criação de sindicatos, criação de obras para gerar empregos, criação de políticas previdenciárias, diminuição da jornada de trabalho, salário mínimo, seguro desemprego, etc. Tais medidas adotadas pelo governo criaram milhares de postos de trabalho e financiaram o salário da classe trabalhadora, que ao recuperar o poder de compra, voltou a movimentar a economia, que se estabilizou novamente.

O desenvolvimento do pensamento neoliberal no pós guerra

Após a Segunda Guerra Mundial o keynesianismo tomou força em solo europeu. Em contrapartida, novos pensadores ousaram se rebelar contra as políticas de proteção social e intervenção econômica. Um dos mais conhecidos foi Friedrich Hayek, que já defendia o liberalismo econômico anteriormente. O mesmo traçou duras críticas aos governos de política social democrata que pairavam sobre o mundo. Em uma de suas principais obras: *O caminho da servidão*, o autor demoniza as intervenções do estado e políticas da ordem da Seguridade Social, e sustenta que o cenário ideal para o desenvolvimento humano, é um cenário onde o mundo é mediado pelas leis do mercado. Em 1947, o referido autor, junto a outros intelectuais burgueses, se reuniu nos alpes suíços para fundar a Sociedade de Mont Pèlerin, que seria um grupo que objetivava resgatar o ideal liberal com algumas “melhorias”. Logo,

o que se pretendia não era dar vida ao antigo modelo liberal, e sim a um novo modelo, que parte daquele, um modelo neoliberal. Este novo modelo do bloco capitalista seria regido por seis principais valores:

- 1) um estudo da origem e da natureza da crise, com destaque para os fatores morais e econômicos;
- 2) a redefinição do papel do Estado, distinguindo o liberalismo do totalitarismo;
- 3) o restabelecimento do Regime da Lei;
- 4) a defesa do livre mercado;
- 5) o combate aos credos hostis à liberdade.
- 6) a criação de uma ordem internacional asseguradora da paz, da liberdade e da harmonia nas relações econômicas mundiais. (Castelo, 2013, p. 219)

Segundo Von Mises, um dos ideólogos do neoliberalismo, a desigualdade econômica de renda é um pilar central deste modo de produção, e por isso deve ser preservado e valorizado.

No livro *Liberalismo segundo a tradição clássica* (1927), Ludwig von Mises comenta a perspectiva que os neoliberais têm a respeito da desigualdade econômica de renda e riqueza; esta teria duas funções importantes nas sociedades livres e, por isto, deveria ser valorizada. Em primeiro lugar, estimularia a produtividade do trabalho e a geração de riquezas, tendo em vista a competição entre massas e elites – os de baixo querendo subir, os de cima querendo continuar onde estão. Tal competição pela mobilidade social seria um dos fatores preponderantes para os altos índices de produtividade do capitalismo, o que geraria uma riqueza exponencial em ritmo acelerado, supostamente demonstrando a superioridade deste modo de produção sobre qualquer outro. Em segundo lugar, o consumo de bens de luxo é defendido como algo produtivo para todas as camadas sociais. Por quê? Na lógica neoliberal, a concentração de renda nas mãos de um pequeno grupo de milionários ociosos permitiria a criação de uma indústria de bens de luxo de alta inovação tecnológica, impulsionando o progresso técnico. Em algum momento do futuro, diz o autor, estes bens de luxo seriam disponibilizados para as massas, embora o mecanismo de propagação não seja explicitado. (Castelo, 2013, p. 221)

O apogeu e a queda do acordo de Bretton Woods e a crise dos anos 70

Quando pegamos uma nota de dois reais, como podemos ter certeza se o valor atribuído aquela nota realmente é de dois reais? Esse foi um dos principais pilares que os estadunidenses tentaram introduzir no campo do fortalecimento internacional do dólar, e para isso, realizaram o acordo de Bretton Woods.

Em 1944, os Estados Unidos realizaram no Estado de New Hampshire, na cidade de Bretton Woods, um acordo econômico que abarcava todo o sistema de

trocas monetárias do mundo, com o aval das principais potências nacionais. Com fins de reorganizar o mundo pós Segunda Guerra, o pacto estabeleceu regras gerais que regulam as trocas comerciais entre os países, e criou instituições que supervisionam o comércio mundial, com o poder de realizar sanções, bloqueios e outras punições, tal como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Uma questão fundamental a ser citada foi o estabelecimento do lastro ouro-dólar como política de valor monetário pelo governo dos EUA.

Ao lastrear o dólar ao ouro, teoricamente, qualquer pessoa poderia se dirigir ao Banco central americano (Federal Reserve) e trocar seu 1 dólar por 35 gramas de ouro, que por ser um metal precioso irreproduzível também seria anti inflacionário e sua reserva de valor seria mais estável que qualquer moeda fiduciária. Deste modo, o dólar preservaria o seu valor ao longo do tempo pois estaria sempre lastreado no ouro, e não cairia na desvalorização provocada pelo excesso de liquidez.

Tal política conferiu enormes vantagens aos EUA tanto na dimensão econômica quanto política, pois eles ocupavam as principais cadeiras de quase todas as entidades de deliberação mundial. No entanto, ocorreram problemas: ao dolarizar todas as transações internacionais, o país precisava exportar valores enormes de dólares, e passou a fazê-lo de modo desproporcional as suas reservas de ouro, ou seja, exportava-se mais dólares do que havia de ouro em suas reservas de modo que se os países quisessem entregar as notas e recolher em troca o metal, tal transação não seria possível em decorrência da falta do metal. As burguesias industriais estadunidenses se beneficiaram do fato de que havia um excesso de liquidez de dólar no mercado com valores artificiais que conferiram vantagens cambiais frente a nações de economia tardia, tal fato fez com que houvesse um boom de multinacionais atravessando fronteiras e se instalando em países cuja mão de obra era mais barata e as taxas de mais valia eram maiores em consequência da diferença entre os valores de uma moeda frente a outra.

Se para o governo dos Estados Unidos, a situação exigia cautela, para as empresas multinacionais estadunidenses havia um crescente estímulo para aumentar o investimento e a produção no exterior, dado o desequilíbrio entre a paridade oficial e a cotação de mercado de ouro em dólares. Deste modo, esta situação favorecia a saída de capital produtivo dos Estados Unidos, intensificando o quadro da inflação e do desemprego neste país. Ao mesmo tempo, este contexto contribui para um desestímulo cada vez maior às exportações, o que agrava ainda mais o desequilíbrio do balanço de pagamentos dessa superpotência. (Brettas, 2020, p.67.)

Com o acirramento das tensões fiscais em nível internacional, do fortalecimento de outras nações no pós-guerra tal como a Alemanha, o Reino Unido e o Japão e do descompasso entre dólares e reservas de ouro, Richard Nixon pôs fim ao pacto de forma sumária no de 1971.

O dólar, moeda chave da economia mundial do pós guerra planejada e garantida pelos EUA, enfraqueceu. Em teoria apoiado pelos lingotes de Fort Knox, que abrigava quase três quartos das reservas de ouro do mundo, na prática consistia sobretudo em dilúvios de papel ou moeda contábil, mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligação com determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçados pelos ultra cautelosos franceses de olho no metal, preferiram trocar papel potencialmente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou do forte Knox, o preço aumentando conforme. Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do dólar, e com ela a estabilidade do sistema de pagamento internacional, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus-sob pressão americana- de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num pool de ouro, para estabilizar o preço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968 o pool do ouro, esgotado, dissolveu-se. De fato, acabou a conversibilidade do dólar. Foi formalmente abandonada em agosto de 1971, e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional, e chegou ao fim o seu controle pelos EUA, e por qualquer outra economia nacional. (Hobsbawm, 2014, p.239)

Anos 70: Crise do Welfare State, neoliberalismo em fase de implementação e o início da financeirização

O início efetivo do neoliberalismo se deu a partir da década de 1970 no bojo da crise do *welfare state*, com o crescente desemprego, corrupção, arrocho salarial e inflação descontrolada em diversos países. O neoliberalismo atuou como novo modelo econômico a ser implementado. Neste momento, o mundo ainda se encontrava na Guerra Fria e diversos países da América Latina estavam sob a égide de governos fantoches de cunho ditatorial apoiados pelos Estados Unidos.

Neste cenário, o Chile protagonizou o neoliberalismo na América Latina, presidido pelo golpista Augusto Pinochet. O país mergulhou de cabeça nesta nova onda capitalista, promovendo políticas de controle de emissão monetária, aumento da taxa de juros e privatizações de bens e serviços públicos. O resultado disto foi o aumento dos lucros da burguesia que cada vez mais se munia de altas somas de valores através da exploração de nichos de mercado que antes eram explorados pelo Estado chileno e seus entes políticos, pela alta taxa de juros responsável por encher

os bolsos dos detentores da dívida pública nacional chilena e da repressão contra a classe trabalhadora que era forçada a engolir a seco a perda de direitos e distorções econômicas a que ficou submetida em decorrência da ditadura chilena ter sido uma das mais sanguinolentas de toda a América Latina. Tal cenário de monopólio absoluto da força foi de extrema importância para os neoliberais instalarem seu modelo econômico em toda a estrutura política, administrativa e produtiva na América Latina. Ao contrário do que se defendia, a coerção foi muito utilizada pelas burguesias nacionais e internacionais na América Latina para instalar este quadro político e econômico, que também se instalara em outros continentes, porém por outras vias.

Em 1979, o Partido Conservador inglês ganhou as eleições, após anos de hegemonia do Partido Trabalhista, e indicou a deputada Margaret Thatcher para assumir as funções de primeira-ministra.

A pesada mão da Dama de Ferro implementou o projeto neoliberal mais ambicioso e profundo de toda a Europa. As medidas do Partido Conservador incluíram o enfrentamento ao poder dos sindicatos, o equilíbrio fiscal, o aumento das taxas de juro, a liberdade aos fluxos e aplicações financeiros, o corte de gastos sociais e um vasto programa de privatizações. Do outro lado do oceano, um ano depois, o Partido Republicano ganhou as eleições presidenciais com Ronald Reagan, candidato da ala conservadora do partido. (Castelo, 2013, p.227).

O processo de financeirização do capital ganhou grande impulso no bojo dos acontecimentos e crises da década de 1970 impulsionada pela globalização e pelas reformas que ocorriam em todo o mundo. Naquele momento, o neoliberalismo era empurrado pelos Estados Unidos como solução dos problemas econômicos dos países que se encontravam em desenvolvimento tardio, e neste bojo, o processo de financeirização paulatinamente se instalou pelos países do globo. A financeirização foi dada como resposta à tendência decrescente da taxa de lucro que acometia principalmente as economias do centro capitalista. Ao romper com o padrão ouro-dólar, os Estados Unidos aumentaram sua taxa de juros, tornando-se atrativo para receber investimentos nos títulos da dívida pública. Vendia-se a ideia de que ao abrir mão de empresas e órgãos públicos, os Estados que eram incapazes de gerir seus bens deixariam de praticar uma má administração dos recursos públicos, e em contrapartida iriam atrair investimentos. O que se almejava pelas burguesias dos grandes centros capitalistas era adquirir um capital extraordinário, que em seus

países não podia ser produzido na quantidade e na forma como se produziu do lado de fora das suas fronteiras.

Uma vez que os países passaram a privatizar suas empresas e órgãos e listá-los na bolsa de valores, abriram mão de parte do seu lucro, que era fruto da riqueza socialmente produzida, por investimento limitado.

O debate da financeirização um novo modo de produção e reprodução do capital

As origens desta nova via da valorização do capital remontam a mudanças já citadas no texto, como a mudança no sistema monetário internacional na década de 1960, o fim do pacto de Bretton Woods, a aceleração da inflação nos EUA e a crise do pensamento keynesiano. Além disso, outros fatores aceleraram tal processo, como a criação de novas tecnologias de comunicação, a produção de novos ativos como fundos de Hedge, o surgimento de grupos de investidores profissionais e o avanço neoliberal sobre o mundo. A financeirização brota de sementes plantadas pelas grandes burguesias do mundo, se não fossem os Estados nacionais interagindo entre si e realizando muitas disputas de força, os processos de financeirização poderiam ser muito burocráticos, ou até impossíveis:

Sem a ajuda ativa dos Estados, os FMN e os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à vontade nessas posições. A grande liberdade de ação da qual eles gozam no plano doméstico e a mobilidade internacional quase completa que lhes foi dada, necessitaram de inúmeras medidas legislativas e reguladoras de desmantelamento de instituições anteriores e de colocação no lugar das novas. A apresentação política dessas novas medidas exigiu a alteração do termo “reforma”, palavra hoje despojada de seu sentido original. Foi preciso igualmente que tratados muitos importantes fossem elaborados e ratificados – para citar apenas os mais marcantes, o tratado de Maastricht, o “consenso de Washington”, o acordo do livre-comércio norte-americano (o Alca), o tratado de Marrakech de 1994 instituindo a Organização Mundial do Comércio. Continuando sobre esse plano, idéias potencialmente progressistas foram adulteradas. O mesmo acontece com a idéia da Europa, onde o Ato único após o tratado de Maastricht fez da construção europeia nada além do que o quadro político e jurídico da liberalização, da autonomização e da privatização do conjunto dos países da União. (Chesnais, 2000, p.11)

O fato de a globalização avançar fortemente com o advento da internet, atribuiu a financeirização muito mais celeridade em seus processos. A financeirização é um novo estágio de remuneração de capital ocioso através da compra de títulos

internacionais. Neste estágio, o dinheiro atravessa fronteiras através do apertar de uma tecla e é trocado por participações em empresas de variados setores, ou em títulos da dívida de um país. Este processo reforça ainda mais o processo de monopólio das riquezas produzidas e da exploração da classe trabalhadora que produz através do trabalho, o lucro que é gerado para pagar os dividendos. A possibilidade de se investir em títulos de qualquer lugar do mundo e ser remunerado com isso é a principal marca do processo de financeirização. Tal processo provoca tensionamentos sociais e percalços no âmbito da produção de riquezas, de modo que há um descompasso entre a compra dos títulos e a operacionalização real da atividade fim, que pode ser explicado pela própria dinâmica da produção da riqueza, uma vez que a alta da capitalização de títulos provoca uma baixa nos investimentos no âmbito da atividade produtiva, ou seja, o mercado busca comprar ações do McDonald's no lugar de abrir uma franquia do mesmo. Além disso, existem tensões próprias desta fase do capitalismo como a provocação dos acionistas das empresas pelo aumento dos seus dividendos. Em diversos casos, as empresas buscam ceder maiores percentuais de lucros aos acionistas como forma de valorizar suas ações no curto prazo, tal prática aumenta o valor das ações das empresas, o que permite que a mesma lucre com novas vendas de títulos no curto prazo. O processo de repasse de mais dividendos pode provocar a diminuição de investimentos em áreas como a segurança do trabalhador e manutenção de resíduos químicos, o que pode causar poluição ambiental, adoecimento dos trabalhadores e crimes ambientais como o de Brumadinho, que ocorreu no Estado de Minas Gerais em áreas de trabalho da empresa Vale. De todo modo, a financeirização nada mais é do que o último estágio do imperialismo de mercado, alinhado com o neoliberalismo e a era da informação.

Neoliberalismo como projeto da burguesia rentista para reversão da crise e a importância do Estado

O projeto neoliberal surge como resposta à crise e insere mais uma vez no bojo do desenvolvimento capitalista, o Estado como garantidor jurídico dos ganhos da burguesia. Conforme os processos de financeirização se desenvolveram, dois resultados principais puderam ser observados: O primeiro, a injeção de verbas públicas em empresas privadas em momentos de grandes crises para evitar colapsos

econômicos e caos social. Em momentos como este, a antítese neoliberal entra em cena; para os neoliberais, o Estado tem de ser não interventor, servindo dentre outras coisas, como garantidor financeiro das empresas privadas em momentos de crise.

A crise foi assumida pelos Estados por meio da dívida pública e paga pela classe trabalhadora, via imposição de um ajuste fiscal que restringiu direitos, contribuiu para o aumento do desemprego e precarizou as condições de vida de grandes parcelas da população. Peschanski (2012) resgata que na Alemanha foram cortados mais de 100 bilhões do orçamento de 2009 ponto final em 2010, o governo francês anunciou um plano para cortar cerca de 200 bilhões até 2013. No mesmo ano, a Grécia adotou um pacote de medidas visando ao aumento de impostos e arroz salarial, e, no ano seguinte, mais um plano reforçava as medidas já adotadas. Portugal e Espanha também seguiram a trilha da austeridade fiscal com corte de direitos e liberalização da economia assim como outros países. Estas mudanças provocaram contra reformas nos sistemas de proteção europeus, provocando uma corrosão insidiosa nos princípios fundantes da universalidade, qualidade e proteção Ampla, e ocasionaram uma redução na abrangência dos direitos seleção e focalização das prestações sociais, perda de qualidade dos sistemas públicos..., dentre outras, como Analisa Ivanete Boschetti (2012, p. 799). São alterações que tiveram início nos anos 1990 e, em alguma medida, contribuíram para intensificar os efeitos da crise de 2008. (Brettas, 2020, p.88)

E em segundo, o aumento da dívida pública dos Estados, de modo que este financia grandes grupos capitalistas por meio de títulos públicos. No final de ambos os processos, o Estado garante não apenas sobrevivência de determinados grupos, como também os rentabiliza.

Segundo David Harvey e François Chesnais, o modelo neoliberal é

como uma tentativa da burguesia rentista em reverter a tendência à queda da taxa de lucro, além de combater outras causas das crises capitalistas, atacando as organizações da classe trabalhadora, consideradas politicamente responsáveis pela corrosão das bases da acumulação capitalista por conta dos conflitos distributivos entre rendas e riquezas do capital e do trabalho. (Castelo, 2013, p.240)

Chesnais elucida o real cenário que este modelo econômico impõe através de suas políticas que privilegiam a acumulação das burguesias nacionais e internacionais, tanto de cunho rentista como de cunho produtivo. Nota-se que os maiores conglomerados de investimento e gestoras de fundo internacional como a Blackrock, a State Street e o fundo soberano da Noruega são originários dos países centrais. As maiores multinacionais também possuem a mesma origem, e os

principais organismos internacionais tais como o FMI e a ONU seguem a mesma regra.

O Consenso de Washington e a implementação da agenda liberal na América Latina

Em novembro de 1989 ocorreu uma reunião entre membros do governo americano e de países da América Latina em Washington para deliberar sobre reformas que colocariam as periferias capitalistas nos trilhos do “progresso econômico”. Além dos agentes já citados, estiveram presentes na reunião membros do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, representantes dos países latinos e outros componentes de organismos internacionais. Esta era uma fase turbulenta para a América Latina, que vivia sobre fortes crises financeiras, em termos de regimes ditatoriais e pobreza sistemática. Na reunião foram propostas 10 medidas principais, a saber: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual.

Nota-se que tais medidas, como as privatizações, possibilitaram o investimento de capital dinheiro em capital financeiro, pois aquele necessita de ser investido na lógica da produção e reprodução de bens, e sobretudo, de mais-valia, o que só pode ser realizado pelo capital industrial, que gera o lucro que resulta, em última análise, no pagamento dos dividendos dos acionistas. O que ocorre, na prática, é que o Consenso de Washington trouxe ao mundo a aceleração de processos de espoliação a níveis jamais vistos, que elevaram a dependência dos países periféricos e elevaram o imperialismo na cena global, sobretudo o Estadunidense, que se utilizou de outras importantes políticas de domínio, como o pacto de Bretton Woods.

Tão eficaz foi a mensagem, e ao mesmo tempo tão desmoralizadora da autoestima nacional latino-americana, que se tornou possível a discussão pública, até nos meios de comunicação, sem resquício de pudor, de soluções visivelmente comprometedoras da capacidade nacional de decisão. Passou-se a admitir abertamente e sem nuances a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica, e à conveniência de se transferir essa grave responsabilidade a organismos internacionais, tidos por definição como agentes independentes e desinteressados aos quais tínhamos o direito de recorrer como sócios. Não se discutia mais apenas, por conseguinte, se o Estado devia ou podia ser empresário. Se podia, ou devia, monopolizar atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um

atributo essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal. Começou a se pôr em dúvida se teria o Estado competência para administrar responsabilmente recursos naturais em seu território, sempre que, como no caso da Amazônia, viessem a ser considerados em nome do equilíbrio ecológico mundial, um "patrimônio da humanidade". Caso em que esses recursos naturais estariam sujeitos, em princípio, a no mínimo um regime de cogestão com participação de organismos multilaterais e de organizações não governamentais dos países desenvolvidos." (Nogueira,1994, p.8)

O resultado do Consenso na América latina foi uma mega liquidação de empresas e órgãos públicos. Seguindo a lógica do enxugamento da máquina pública, diversos governos venderam a valores irrisórios empresas que foram compradas tanto por agentes nacionais quanto estrangeiros. Ou seja, se pôs em curso um processo de venda casada onde o interesse de venda não partiu de quem detinha o bem, e sim de quem queria detê-lo. Dessa forma diversos instrumentos governamentais de nações latinas como a companhia Vale do Rio Doce passaram das mãos do Estado, para as muitas mãos de investidores e mega investidores do mundo todo.

3. A financeirização no Brasil e o poder rentista

O processo simbiótico entre capital produtivo e capital bancário no Brasil se deu por vias diferentes das que ocorreram nos países centrais. Ao contrário daqueles, este país, que já recebera investimentos financeiros estrangeiros desde o século 19, apenas estabeleceu a financeirização no bojo da pós-ditadura civil-militar, especialmente no período histórico situado entre o governo Itamar Franco e os seguidos pleitos do Partido dos Trabalhadores.

O capital possui a capacidade de alterar seu *modus operandi* conforme novas demandas históricas surgem. Nota-se que na contemporaneidade, o mesmo goza de artifícios como a exploração produtiva, flexibilização das leis trabalhistas e investimentos financeiros. Nas economias dependentes tal processo ocorre de forma ainda mais acentuada, pensada e orquestrada de modo a praticar a exportação de capitais nacionais rumo aos grandes centros capitalistas. Com a égide do neoliberalismo, tais fenômenos se tornaram ainda mais concretos e foram viabilizados no Brasil, alegadamente, como forma de responder às distorções econômicas e sociais a que o país estava submetido após a redemocratização.

Foi a partir da década de 1990 que, seguindo a cartilha de prosperidade econômica do FMI, o país pôs nos trilhos medidas que escancaram as portas do endividamento público e da financeirização de políticas e projetos de Estado. Como visto, algumas das medidas propostas pelo FMI no Consenso de Washington foram: disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira e comercial, abertura para investimento estrangeiro direto e privatizações. As políticas de Washington influenciaram toda a América Latina no período, e no Brasil elas tomaram forma nos governos que se sucederam a partir de então.

Governo Collor

Na década de 90 o país enfrentava graves desafios econômicos, possuindo dívidas internas, externas e uma inflação que flutuava desordenadamente. Logo, a necessidade de repensar a política econômica fez com que aqueles anos fossem marcados por disputas e reformas encabeçadas por diversos presidentes do período: Fernando Collor de Mello deu os primeiros passos rumo à nova ofensiva capitalista

que se avizinhava. O então presidente liderou o chamado Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor. Sua gestão foi marcada por medidas como: reforma fiscal, revisão da política cambial, privatizações e demissões de funcionários públicos. Ocorre que tal plano foi incapaz de conter a grande inflação que assolava o país, contudo, pavimentou o terreno para a sanha neoliberal.

Em 1992, pressionado por escândalos de corrupção, um comando econômico frustrado e o extremamente impopular confisco de poupanças, Collor renunciou ao cargo de presidente na tentativa de solapar um processo de impeachment e seus desdobramentos penais, civis e políticos. Deste modo entrou em cena seu vice, Itamar Franco, que anunciou seu novo plano de estabilização econômica: o Plano Real.

Governo Itamar Franco

O Plano Real possuía características como redução dos gastos públicos, aumento das taxas de juros e dos compulsórios, redução dos impostos de importação e controle cambial. Este plano, por sua vez, obteve êxito exponencial no controle da inflação. De acordo com o Banco Central, em 1994 a taxa básica de juros estava em 916%, já em 1995 alcançou a meta de 22%. Somado a isto, o Plano Real não apenas controlou a inflação, como lançou o Brasil no bojo das políticas neoliberais, que naquele momento norteavam os planos político-econômicos de toda a América Latina. Como consequência, o Plano Real provocou um redirecionamento tanto no bojo especulativo quanto no produtivo. Segundo Braga; Prates (1998, p.36), as receitas inflacionárias concebiam algumas das maiores fontes de rentabilização das instituições financeiras. Tais receitas representavam 4% do PIB em 1993 passou a representar em 1994 apenas 2%, e em 1995 representava valores desprezíveis. Tal mudança na dinâmica especulativa e reprodutiva forçou os bancos e empresas a alterar seu *know-how*, e alimentou um processo de intensificação de fusões e aquisições.

Ainda neste período, constatou-se que o movimento de retirada e injeção de investimentos em países periféricos era constante. Os investidores possuíam receio de perdas ou reduções de capitais nos países onde seu dinheiro estava injetado, e o mesmo ocorreu com o Brasil. Como forma de incentivar a injeção e manutenção de dinheiro no país, o Estado passou a aumentar perdulariamente a taxa de juros,

provocando maior rentabilidade sobre títulos da dívida nacional. Segundo Lesbaupin e Mineiro (2002, p.168), em 1994 a dívida pública era de cerca de R\$61 bilhões. Ao fim de 2002, a dívida já estava em R\$624 bilhões.

O Plano Real pode ser considerado um grande marco do processo do neoliberalismo e rentismo no Brasil, pois os esforços engendrados para a viabilização da nova moeda sucederam políticas rentistas que perduram até a contemporaneidade.

A base de sustentação do Plano Real, engendrado em 1994, durante o mandato do presidente Itamar Franco, é sustentada no chamado tripé da macroeconomia neoliberal, como visto antes. Esse tripé vem sendo mantido com diferentes nuances nos mandatos presidenciais da coalização liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Importante destacar que a política fiscal, após o resultado primário negativo em 2014, voltou a ser a viga-mestra no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, antes do processo de impeachment. Mendes (2012) observa que a classe dominante no Brasil, a partir do Plano Real, passou a acumular poupanças reunidas no sistema bancário utilizando depósitos a prazo e aplicações financeiras. “Toda essa magnitude de recursos foi transformada em capital monetário, portador de juros, e orientado para a esfera financeira da economia, expandindo-se significativamente esse capital na forma de capital fictício, isto é, capitalizando-se”. (Mendes, 2012 *apud* Salvador et al., 2016, p. 64)

Governo Fernando Henrique Cardoso

No governo de Fernando Henrique Cardoso, diversas políticas de reforma tributária foram executadas. Tais medidas possuíam o condão de elevar a base de arrecadação tributária sobre a circulação de produtos e serviços. Deste modo o Estado abriu mão de realizar tributação direta, ou seja, sobre salários, ganhos e patrimônio. Caso o fizesse os impostos seriam cobrados de maneira proporcional ao nível de riqueza de cada cidadão, mas ao contrário disso, ousaram seguir a via da tributação regressiva, que penaliza os mais pobres, lançando sobre eles as maiores taxas proporcionais de impostos sobre a circulação de bens e consumo. Tais medidas foram tomadas para assegurar a existência de dotação orçamentária para a rolagem da dívida, ou seja, a remuneração do capital ocioso da burguesia rentista. Deste modo, se construiu no país uma política fiscal que pune a classe trabalhadora, obrigando-a a financiar o rentismo pela via tributária, o que encarece bens e serviços básicos como alimentação e aluguel.

Dados da Receita Federal destacam que a arrecadação de tributos feita pelo governo em 2015 – orientado por bases de incidência econômica – foi predominantemente sobre tributos indiretos (consumo), significando mais de 50% da arrecadação tributária. Como já mencionado, o principal tributo sobre o consumo é o ICMS, “ele é responsável por 20% da arrecadação tributária” sendo essa uma característica peculiar do sistema tributário brasileiro, “pois

em outros países não é comum que o principal imposto pertença a uma esfera subnacional” (Salvador, 2016, p. 64)

Para compreender a regressividade e a progressividade é necessário avaliar as bases de incidência, que são: a renda, a propriedade, a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços. Conforme a base de incidência, os tributos são considerados diretos ou indiretos. Os tributos diretos incidem sobre a renda e o patrimônio, porque, em tese, não são passíveis de transferência para terceiros. Esses são considerados impostos mais adequados para a questão da progressividade. Os indiretos incidem sobre a produção e o consumo de bens e serviços, sendo passíveis de transferência para terceiros, em outras palavras, para os preços dos produtos adquiridos pelos consumidores. Eles é que acabam pagando de fato o tributo, mediado pelo contribuinte legal: empresário produtor ou vendedor. Trata-se do fetiche do imposto: o empresário nutre a ilusão de que recai sobre seus ombros o ônus do tributo, mas se sabe que ele integra a estrutura de custos da empresa, terminando, via de regra, sendo repassado aos preços. Os tributos indiretos são regressivos.

A correlação das forças sociais é importante para compreender a composição da carga tributária. A partir do momento da definição do montante de recursos que o Estado terá de contar para o desempenho de suas tarefas, que são determinadas historicamente, a questão central passa a ser a distribuição deste ônus entre os membros da sociedade. O gravame é definido na arena política: o Estado brasileiro é financiado pelos trabalhadores assalariados e pelas classes de menor poder aquisitivo, que são responsáveis por 61% das receitas arrecadadas pela União. A população de baixa renda suporta uma elevada tributação indireta, pois mais da metade da arrecadação tributária do país advém de impostos cobrados sobre o consumo. Pelo lado do gasto do Estado, uma parcela considerável da receita pública é destinada para o pagamento dos encargos da dívida, 10% que acaba beneficiando os rentistas, também privilegiados pela menor tributação. (Salvador, 2017, p.3)

Governos do Partido dos Trabalhadores (PT)

Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, o rentismo seguiu na esteira do poder, no entanto, com forte favoritismo às burguesias nacionais. Tal gestão foi marcada por uma vertente até então pouco vista do neoliberalismo: O Social Liberalismo, que preconiza a ideia de uma economia de mercado marcada pela responsabilidade social e orientada por três pilares fundamentais: “1- Políticas públicas orientadas para promover o crescimento econômico, 2- Eficiência dos gastos sociais e 3- Desenvolvimento com base em investimentos em capital humano” (Souza, 2017, p.91). Para promover o crescimento econômico, aumentar as vagas de emprego e melhorar os índices de capital produtivo, o governo fez uso do fundo público via BNDES.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um banco de investimentos nacional cujo objetivo é estimular a economia brasileira via empréstimos e outras formas de investimento para empreendedores de diferentes níveis e setores. O banco é financiado através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que recebe verba dos PIS e do Pasep, da União, do Tesouro Nacional e outras fontes.

O PIS/Pasep e o FAT são formas de contribuição pagas mensalmente pelas empresas, cujo objetivo é constituir um fundo de ajuda ao trabalhador, inclusive na perda do emprego. Parte dessa contribuição vai para o governo federal com o intuito de financiar programas de desenvolvimento econômico, e o restante da arrecadação é usado no financiamento de benefícios ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o abono salarial. Os programas PIS/Pasep financiam o próprio FAT, que é um fundo contábil financeiro destinado ao custeio dos programas acima citados e aos programas destinados ao desenvolvimento econômico. (Souza, 2017, p.93)

A partir do ano de 2008 o banco iniciou um processo de financiamento de grandes grupos econômicos nacionais para competir com o grande capital estrangeiro. Tais grupos ficaram conhecidos como campeões nacionais. O principal objetivo era o aumento de exportações e de capital produtivo nacional em solo estrangeiro. Uma vez que o FAT é parte integrante do fundo público brasileiro, constata-se que a partir deste modelo as grandes empresas nacionais passaram a contar diretamente com o capital proveniente da classe trabalhadora. No segundo mandato, as campeãs nacionais passaram a contar também com aportes do Tesouro Nacional, o que significa que títulos públicos eram emitidos como forma de financiar os grandes projetos privados. Estes processos de financiamento público fortaleceram o monopólio nacional promovendo diversas fusões e aquisições de grande porte, especialmente nos períodos compreendidos entre 2007 e 2013. Deste modo, conclui-se que a gestão petista cedeu parte do fundo público para a produção da super acumulação privada, bem como concorreu para o aumento da expropriação rentista e o endividamento público.

O debate sobre o Fundo Público

Com o rentismo em pauta, um dos principais ativos financeiros do Estado, que em tese serve para viabilizar os direitos dos trabalhadores, tornou-se um dos principais objetos de disputa: o Fundo Público Federal.

O Fundo público é a totalidade de recursos patrimoniais que o Estado dispõe para intervir na economia. Este é formado por diversas bases de financiamento. No Brasil, pode-se dizer que a principal é a tributação indireta paga principalmente pela classe trabalhadora com a mais-valia socialmente produzida. De modo geral, o fundo público serve para que o Estado operacionalize a vida pública e garanta verba para realizar tarefas como obras, concessões de benefícios, órgão e outras finalidades típicas. Contudo, no modo de produção capitalista, o fundo público assume um caráter duplo, pois ao mesmo tempo em que ele é utilizado em virtude de atividades de

Estado, também é utilizado como mecanismo de acumulação de capital privado. Mesmo quando utilizado para garantir direitos e demandas da classe trabalhadora, acaba por também favorecer a acumulação.

Um exemplo disto são as escolas técnicas. Em momentos onde o Estado cria escolas técnicas para garantir que a classe trabalhadora desenvolva habilidades necessárias para o ingresso no mercado de trabalho, os empresários não necessitam investir na qualificação da mão de obra de seus funcionários, pois o Estado já faz uso de seus recursos para isto. Deste modo, parte do que é produzido pela classe trabalhadora é cooptado pelo Estado através dos impostos e retorna para a classe trabalhadora na forma de “direitos”, como o direito à educação técnica.

O fundo público exerce pelos menos quatro funções na economia capitalista:

- a) o financiamento do investimento capitalista, por meio de subsídios, desonerações tributárias, incentivos fiscais, redução da base tributária das empresas e de seus sócios;
- b) a garantia de um conjunto de políticas sociais que asseguram direitos e permitem também a inserção das pessoas no mercado de consumo, independentemente da inserção no mercado de trabalho;
- c) assegura vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, e nos gastos com investigação e pesquisa, além de subsídios e renúncias fiscais para as empresas; e
- d) assegura no âmbito do orçamento público a transferência na forma de juros e amortização da dívida pública para os detentores do Capital Portador de Juros (Salvador, 2017, p.65).

Esta lógica é muito utilizada como meio de favorecer a burguesia. Vende-se a ideia de favorecimento da classe trabalhadora, quando na prática o Estado arca com determinados custos da produção privada no seio estatal. Outra via muito comum é a redistribuição de dinheiro em forma de benefícios tal como o bolsa família, onde o Estado garante a subsistência de indivíduos de baixa renda garantindo um consumo mínimo. No entanto não faz reformas estruturais capazes de tirar estes indivíduos da pobreza, em decorrência dos monopólios que existem no mercado, o dinheiro tende a encerrar seu ciclo no caixa de grandes empresas. Estas são algumas das vias de apropriação do fundo público feita pelo Estado e que beneficiam o capital produtivo, contudo, o principal é a desoneração das Reservas da União.

O fundo público é determinante na articulação das políticas sociais e na sua relação com a reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e dos gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. (Salvador, 2017, p.65)

Conforme já citado, o grande capital rentista possui como uma de suas principais fontes de receitas valores que deveriam ser destinados a pasta da seguridade social que, no entanto, são desviados para o pagamento dos juros da dívida

Os recursos do FAT são parte do trabalho necessário, do salário direto e também do trabalho excedente. Se pela regressividade tributária o trabalhador financia o fundo público e as políticas sociais das quais depende e com as quais se reproduz, aqui o trabalhador financia também, diretamente, a acumulação do grande capital e, nos tempos atuais, a concentração e centralização do capital produtivo. A política do Banco, então, se caracteriza como regressiva e expropriadora dos recursos da classe trabalhadora para destiná-los às associações monopolistas brasileiras, ligadas direta e indiretamente ao capital estrangeiro. (Souza, 2017, p.93).

Os valores que saem dos cofres do Estado e ingressam no arcabouço rentista via dívida tem origem no fundo público. Conclui-se, portanto, que a base de financiamento do fundo público se dá majoritariamente pela da tributação regressiva e se encerra na rolagem da dívida.

Para compreender a regressividade e a progressividade é necessário avaliar as bases de incidência, que são: a renda, a propriedade, a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços. Conforme a base de incidência, os tributos são considerados diretos ou indiretos. Os tributos diretos incidem sobre a renda e o patrimônio, porque, em tese, não são passíveis de transferência para terceiros. Esses são considerados impostos mais adequados para a questão da progressividade. Os indiretos incidem sobre a produção e o consumo de bens e serviços, sendo passíveis de transferência para terceiros, em outras palavras, para os preços dos produtos adquiridos pelos consumidores. Eles é que acabam pagando de fato o tributo, mediado pelo contribuinte legal: empresário produtor ou vendedor. Trata-se do fetiche do imposto: o empresário nutre a ilusão de que recai sobre seus ombros o ônus do tributo, mas se sabe que ele integra a estrutura de custos da empresa, terminando, via de regra, sendo repassado aos preços. Os tributos indiretos são regressivos.

A correlação das forças sociais é importante para compreender a composição da carga tributária. A partir do momento da definição do montante de recursos que o Estado terá de contar para o desempenho de suas tarefas, que são determinadas historicamente, a questão central passa a ser a distribuição deste ônus entre os membros da sociedade. O gravame é definido na arena política: o Estado brasileiro é financiado pelos trabalhadores assalariados e pelas classes de menor poder aquisitivo, que são responsáveis por 61% das receitas arrecadadas pela União. A população de baixa renda suporta uma elevada tributação indireta, pois mais da metade da arrecadação tributária do país advém de impostos cobrados sobre o consumo. Pelo lado do gasto do Estado, uma parcela considerável da receita pública é destinada para o pagamento dos encargos da dívida, 10% que acaba beneficiando os rentistas, também privilegiados pela menor tributação. (Salvador, 2017, p.3)

A Seguridade Social e as legislações que fundamentam a financeirização no Brasil

O Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) é o responsável por orquestrar os atos administrativos que regulam o orçamento da União e suas principais políticas. Em tese, os membros das casas trabalham para difundir as vias do progresso nacional, no entanto, muitas de suas políticas são controversas e provocam o desabastecimento de recursos importantes para a classe trabalhadora e para o desenvolvimento estratégico do país, ao passo que alimentam o grande capital nacional e estrangeiro. O que ocorre na democracia burguesa é que os interesses do capital estão engendrados no seio deliberativo do Estado.

Por este motivo é perceptível que diversos atentados normativos que são constituídos contra os direitos sociais são produzidos dentro destas casas, pensadas por seus parlamentares e preconizadas por eles nos debates públicos. Por este motivo, com o avanço do neoliberalismo no Brasil, avançam também as tentativas de desmonte dos direitos da classe trabalhadora e os processos de financeirização das políticas sociais no Brasil. Deste modo, abre-se caminho para que por diversas vias o Estado deixe de operar em áreas onde sempre esteve presente e abra espaço para as operações privadas. A seguir cito algumas das principais investidas legais contra o conjunto de direitos da classe trabalhadora.

- Desoneração das Receitas da União (DRU) Tal mecanismo foi criado em 1994 e foi batizado de Fundo Social de Emergência. Sua finalidade alegada era de estabilizar a economia nacional em um momento onde o Real acabara de entrar em vigor. Para tanto, permitia a desvinculação do orçamento federal de modo discricionário e dentro dos limites percentuais aprovados para a formação de superávit primário. Nos anos 2000, foi rebatizado de DRU, e ao longo dos anos, aprovado pelo Congresso Nacional com novos prazos por diversas vezes até o ano de 2023, onde começou a sofrer suas maiores limitações. Enquanto ativa, permitiu a desvinculação de 20% do fundo público federal até o ano de 2016, quando no governo Michel Temer, ganhou um aumento de 10%, totalizando 30%. Tendo como principal alvo o orçamento da Seguridade Social, (Previdência, Saúde e Assistência Social) tal política permitiu o desvio de bilhões de reais destinados a pasta de assistência social inserindo esta política no front da precarização e do sucateamento. Além do dinheiro ser retirado de áreas cruciais para a população mais carente, que é

majoritária no país, a DRU também serviu para fornecer dados artificiais acerca da reforma previdenciária no governo Michel Temer. Conforme descreve Antonio Tuccillo, auditor fiscal da receita federal, em seu artigo: Precisamos falar sobre DRU, desde 2008, a DRU reduziu as contas da Seguridade Social em mais de R\$500 bilhões. Em 2016, foram retirados R\$92 bilhões. A Secretaria de Previdência, ligada ao Ministério da Fazenda, divulgou no ano de 2017 que o déficit da Previdência foi de quase R\$270 bilhões, o equivalente a mais de 4% do PIB. No período de 2016 e 2017, a DRU foi utilizada para desviar da Previdência Social valores nunca antes visto, com o objetivo de criar déficits artificiais de recursos para forçar a aprovação da nova reforma da previdência que cortou diversos direitos da classe trabalhadora e aumentou ainda mais o tempo de contribuição necessária para a aposentadoria. Os valores retirados da Previdência foram utilizados para o pagamento dos juros da dívida e demais áreas de interesse do então governo.

- Lei nº 9.637/1998, autoriza que pessoas jurídicas sem fins lucrativos de direito privado possam receber recursos do fundo público sem fazer licitação, realizar contratações, constituir patrimônio material e gerir hospitais, centros culturais e outros locais públicos. Muitas dessas instituições são conhecidas como Organização Social (Brettas, 2020, p.243)
- Lei complementar nº101/2000- Conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta norma estabelece regras de finanças públicas supostamente voltadas para a responsabilidade na gestão orçamentária, estipulando regras de gastos públicos para todos os entes políticos brasileiros baseados nos resultados dos balanços anuais. De acordo com a norma, o aumento de despesas apenas será deferido em caso de lastreamento com devida fonte de custeio. Deste modo, ficam congelados novos aportes de investimentos em todas as áreas até que o governo se interesse em desonerar uma de suas fontes de custeio para a mesma. (Câmara dos Deputados, 2024)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi criada nesse mesmo sentido. Sobre esta, o que mais se difunde é o limite de gastos com o funcionalismo público. Este é apenas um dos pontos da lei. Oficialmente, alega-se a necessidade em se gastar de forma “responsável” e evitar os excessos. Na verdade, se analisarmos de forma cuidadosa, veremos que o real objetivo –

que não aparece no discurso oficial – é o de reduzir a capacidade de o Estado implementar políticas sociais e investimentos com vistas a garantir suas obrigações financeiras com os donos dos títulos da dívida pública. É isso o que não aparece no debate: que esse limite foi criado justamente para contribuir com a geração do superávit primário. (Brettas,2017,p.30)

- Lei nº13.429/2017- Lei das terceirizações. Tal lei permite que o Estado empregue trabalhadores com vínculos celetistas para áreas fim como saúde e educação. Os trabalhadores que se encontram sob a égide destas contratações passam a contar com relações contratuais mais frágeis e portanto menor poder de barganha.
- Lei nº 9320/2023: Conhecida como novo arcabouço fiscal, é um mecanismo que busca limitar determinados gastos públicos. A projeção é realizada com base no resultado primário (Arrecadação - Despesas) para o orçamento da seguridade social e da política fiscal. Com base no cumprimento da meta no ano presente, se estabelece o que o governo poderá gastar nestas áreas no ano seguinte. Segundo a Câmara dos Deputados, sempre que o resultado primário crescer dentro da banda estabelecida, no ano seguinte, o crescimento real da despesa será igual a 70% do crescimento real da receita primária, acumulada em 12 meses até junho. Essa possibilidade de aumento de gastos é limitada a um crescimento real da despesa de no mínimo 0,6% ao ano e no máximo de 2,5% ao ano. Caso o resultado primário fique abaixo da banda inferior da meta, o crescimento do teto no ano seguinte ficará limitado a 50% do crescimento da receita, também limitado a um crescimento real mínimo de 0,6% ao ano e máximo de 2,5% ao ano. De acordo com o texto, também fica dentro do controle da norma o aumento de capital de estatais, os gastos com agências reguladoras e a complementação de recursos da União para pagamento do piso da enfermagem. O projeto garante ainda que em caso de superávit primário que supere a meta estipulada, o excedente deve ser investido em até 70% em obras encontradas em andamento, desde que não ultrapasse a marca de 0.25% do PIB. (Câmara dos deputados, 2024)

No aparato de todo este processo de espoliação, constata-se que a pasta da Seguridade Social (Assistência Social, Saúde e Previdência Social) é a área que enfrenta o maior grau de desvio de verbas e sucateamento. Se considerarmos apenas as receitas das contribuições sociais, o total das renúncias fiscais passou de R\$61

bilhões em 2010 para R\$146.8 bilhões em 2016. Isto significa que, em apenas sete anos, um aumento de 139% nas isenções fiscais de fontes que financiam a seguridade, representando um montante crescente de recursos que poderiam ser usados para a saúde, previdência e assistência social, mas ficam nas mãos de grandes empresas (ANFIP, 2017, p.163).

Deste modo depreende-se que atualmente a Assistência Social, uma vez que compõem as políticas de seguridade, é uma das políticas que se encontram no cerne das tensões. Com o esvaziamento de recursos a que vem sendo submetida, ela vai sendo precarizada em todo o país, o que representa uma afronta aos ditames constitucionais que garantem que tal serviço seja essencial e que deva ser fornecido para todo aquele que necessitar. Tal cenário reflete a necessidade urgente de mobilização e luta dos profissionais da área, bem como da sociedade civil organizada como forma de responder às ofensivas do capital frente aos desmontes dos direitos do povo, bem como a aquisição forçada do patrimônio público brasileiro.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou demonstrar o modo como o capital monopolista se manifesta na sociedade brasileira, e em suas esferas políticas, jurídicas e econômicas. Nota-se que a constituição Federal de 1988 é o principal "mecanismo" de alteração das regras legais e institucionais presentes no país. Deste modo, é comum que haja diversas medidas infraconstitucionais como emendas e leis ordinárias que alteram o sentido original do texto de modo a pavimentar novos caminhos de exploração. A década de 1980 foi um período de vitória para a sociedade brasileira, uma vez que marcou o encerramento da ditadura e um novo rito legal surgiu no país. Na nova Carta Magna, diversas demandas sociais se manifestaram como direitos garantidos, como o direito à seguridade social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Uma vez que o Consenso de Washington apresentou para a América Latina as vias do alegado progresso econômico, o neoliberalismo foi colocado em curso no Brasil, e as políticas sociais passaram a ser veementemente atacadas.

O grande carro-chefe da financeirização das políticas sociais é, sem dúvida, a Previdência Social. Esta é a política que foi mais descaracterizada em relação à formulação original aprovada pela CF 88. Dentre as mudanças operadas nesta política, destacamos as que ocorreram em 1988 (EC 20), 2003 (EC41) e 2005 (EC47). Além destas emendas à constituição, a lei no 2618, sancionada em 2012, e que passa a valer a partir de fevereiro de 2013, regulamenta o regime de previdência complementar para os servidores públicos, cujos tetos foram determinados em 2003, mas dependiam da regulamentação para passar a vigorar. Todas estas alterações contribuíram para aquecer o mercado da chamada previdência complementar por disponibilizarem um volume significativo de recursos a serviço do capital portador de juros. (Brettas,2020,p.246)

A partir deste momento, o regime monopólico se manifestou no rentismo e no capital produtivo, tanto em face do mercado privado quanto da área pública. Na área privada diversas empresas estrangeiras passaram a operar no país, bem como se intensificaram os aportes acionários das principais empresas nacionais listadas na bolsa de valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). Na área pública, empresas como a companhia Vale do Rio Doce foram vendidas a valores irrisórios. A época (1997), foi vendida por R\$3 bilhões, demorando apenas cerca de 4 anos para realizar o *break-even*. Daquele ano em diante bilhões de dólares já foram distribuídos aos acionistas.

A privatização da Vale é um dos maiores escândalos do processo de "**privataria**" realizado durante o governo FHC [Fernando Henrique Cardoso]. Entregar uma empresa que detém ativos bilionários de capilaridade territorial e com tamanha importância para um projeto de industrialização nacional foi um crime lesa pátria. "Passados quase 30 anos desde sua privatização, a Vale distribuiu centenas de bilhões de lucros aos seus acionistas, composto majoritariamente por capital internacional e financeiro. Esses foram os principais beneficiados", acrescentou Siqueira. Wesley Cantelmo, economista e presidente do Instituto Economias e Planejamento, hoje privada, a Vale hoje pouco contribui com o desenvolvimento do país. Devido ao sistema tributário nacional em vigor, a empresa pouco paga impostos que a exportação – principal atividade da empresa – é isenta no país. Explora um recurso finito do país, **causando impactos ambientais**, para benefícios de seus poucos acionistas. (Konchiski, 2024)

Além do exposto, os pagamentos dos juros da dívida tomaram protagonismo na organização das contas públicas brasileiras, sacrificando direitos recém conquistados pela classe trabalhadora e que a cada dia foi se aprofundando neste palco de tensões de classe. Uma vez que o principal alvo de desonerações está vinculado à seguridade social, o Serviço Social está a cada dia mais ameaçado, especialmente se levado em consideração que o Serviço Social enquanto política se encontra estritamente relacionado ao Estado, sendo a maioria dos seus profissionais empregados/funcionários públicos.

Nesse sentido é que, por exemplo, crescem as dimensões assistenciais das políticas sociais e a própria assistência social como política pública. Mas tais políticas vêm sendo também um importante impulso para a rotação do capital em contexto de crise estrutural, impulsionando o consumo a partir da ênfase na transferência de renda, desde que não "desestimule" o trabalho, de acordo com o discurso liberal. Há que registrar, fundamentalmente, finalizando esta breve caracterização, que a parte do fundo público que se destina às políticas sociais – o "patinho feio" mais vulnerável do keynesianismo-fordismo (Behring, 1998), donde decorre seu minimalismo e os constantes cortes de recursos no contexto da crise – tem sido cada vez menor diante dos suportes ao capital, especialmente para o capital portador

de juros, remetendo ao problema central da reflexão neste momento: o calvário produzido pela dívida pública e pela hegemonia da finança, que operam uma punção gigantesca do fundo público, que tem relação direta com processos de dominação de classe e entre países na hierarquia desigual e combinada da economia mundial capitalista. (Behring, 2017, p.17)

O Serviço Social, profissão cujo projeto ético-político visa, dentre outros objetivos, enfrentar as múltiplas expressões da questão social, que são manifestações próprias do modo de produção capitalista, e ampliar o acesso da população usuária aos seus direitos. Deste modo, pode-se concluir que ao passo que expressivas desonerações da Seguridade Social seguem em curso progressivo, espoliando as três políticas que dela fazem parte, mais ameaçado estará o Serviço Social. Enquanto em outras áreas como a saúde, médicos e enfermeiros, por exemplo, conseguem se empregar com mais facilidade no setor privado, tal cenário se torna de modo geral mais difícil para assistentes sociais, o que eleva ainda mais as tensões para os profissionais da área. Deste modo, torna-se imprescindível que os referidos profissionais se organizem, para enfrentar de maneira conjunta os avanços do neoliberalismo no Brasil.

Referências:

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANFIP. **Análise da Seguridade Social 2016**. Brasília: Anfip, 2017.

CONSTITUINTE, Assembleia Nacional. **Constituição Federal de 1988**.

BEHRING, Elaine. A dívida e o calvário do fundo público. **Advir**, Rio de Janeiro, n.36, p.9-21, jul.2017.

BRAGA, José Carlos de Souza; PRATES, Daniela. Todos os bancos do presidente. **Praga: estudos marxistas**, São Paulo, n.6, p.33-43, 1998.

BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública, interesses privados. **Advir**, Rio de Janeiro, n.36, p.23-35, jul.2017.

BRUNO, Miguel. **Financeirização e crescimento econômico: o caso do Brasil**. Campinas: Comciência, 2011.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.11, n.1, p.1–44, 2016.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, São Paulo, n.5, p.7-28, fev.2015.

CHESNAIS, François. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. **Redes**, 3(1), 185-212. <https://doi.org/10.17058/redes.v3i1.10660>.

FEDERAL, Senado. **Novo Arcabouço Fiscal**. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/31/novo-arcabouco-fiscal-entra-em-vigencia-no-brasil>. Acessado em: 12/08/2024.

FIORI, José. **Sobre o Consenso de Washington**. Rio de Janeiro: UFRJ-FEA-IEI, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2017.

KONCHINSKI, Vinicius. Desde 1997, Vale repassa US\$ 208 bi a acionistas após privatização.2008. Disponível em:

<https://www.brasildefatomg.com.br/2024/05/13/desde-1997-vale-repassa-us-208-bi-a-acionistas-apos-privatizacao#:~:text=A%20Vale%20foi%20privatizada%20por,i%C3%A1%20era%20motivo%20de%20protestos>. Acesso em: 20 ago.2024.

LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. ed eletrônica. Campinas: Navegando, 2011.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v.24, n.1, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3650>.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3 ed. São Paulo: Sundermann, 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Paulo. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Pedex, 1994.

PETROBRAS. Composição acionária -E-investidor. **Petrobras, 2024**. Disponível em: <https://www.investidorpetrobras.com.br/visao-geral/composicao-acionaria/>.

Acesso em: 25 de nov. 2024.

SALVADOR, Evilásio. A desvinculação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal: instrumento de apropriação do fundo público pelo capital portador de juros. **Advir**, Rio de Janeiro, n.36, p.63-76, jul.2017.

SINTRAJUFERS. Ministério da Fazenda divulga lista de empresas beneficiadas por renúncias fiscais; conheça as campeãs de benefícios. **SINTRAJUFERS, 2024**.

Disponível em: <https://sintrajufe.org.br/ministerio-da-fazenda-divulga-lista-de-empresas-beneficiadas-por-renuncias-fiscais-conheca-as-campeas-de-beneficios/>.

Acesso em: 25 de nov. 2024.

SOUZA, Giselle. BNDES nos governos do PT e a reprodução do capital por meio do Fundo Público. **Advir**, Rio de Janeiro, n.36, p.89-98, jul.2017.